



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH-IV
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE- PPED
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE (MPED)
LINHA DE PESQUISA 02 - CULTURA ESCOLAR, DOCÊNCIA E DIVERSIDADE



LARA MICIA ALMEIDA MASCARENHAS SENA

**A PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS RURAIS NA PEDAGOGIA DA
ALTERNÂNCIA DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS.**

JACOBINA - BA
2017

LARA MICIA ALMEIDA MASCARENHAS SENA

**A PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS RURAIS NA PEDAGOGIA DA
ALTERNÂNCIA DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação e Diversidade (MPED) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação e Diversidade, na área de concentração Cultura Escolar, Docência e Diversidade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Luzineide Carvalho Dourado.

JACOBINA - BA
2017

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Bibliotecário:

João Paulo Santos de Sousa CRB-5/1463

Sena, Lara Micia Almeida Mascarenhas
S474p A profissionalização de jovens rurais na pedagogia
da alternância das escolas famílias agrícolas / Lara Micia
Almeida Mascarenhas Sena.
Jacobina - BA
132 f.

Dissertação (conclusão do curso de pós-graduação
Strictu Senso / Programa de pós-graduação em
educação e diversidade da Universidade do Estado da
Bahia, MPED, Departamento de ciências humanas –
Campus IV). Universidade do Estado da Bahia, 2017.

Orientador: Prof. Dr^a. Luzineide Carvalho Dourado

1. Educação do campo. 2. Pedagogia da alternância. 3.
Profissionalização de jovens rurais I. Título.

CDD – 370.1734

FOLHA DE APROVAÇÃO

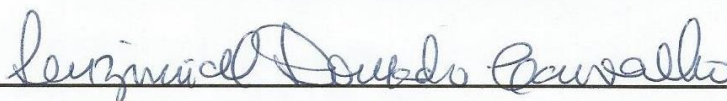
LARA MICIA ALMEIDA MASCARENHAS SENA

**A PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS RURAIS NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA DAS
ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS**

Dissertação defendida aos membros da banca examinadora, e ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade – MPED, da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, para obtenção do título de Mestre em Educação e Diversidade.

Dissertação defendida em: 31/04/17

BANCA EXAMINADORA DE DEFESA



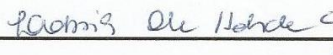
Orientador: Prof.^a Dr.^a Luzineide Dourado Carvalho

Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Prof.^a Dr.^a Maria Dorath Bento Sodré (Membro interno)

Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Prof.^a Dr.^a Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante (Membro externo)

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Jacobina – BA

2017

Dedico este trabalho a quem

Amorosamente ajuda-me na escola

da vida, encorajando-me e

enchendo meu coração de fé:

Meus Pais, Irmão, Irmãs, Esposo e Filhos.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é do que meu coração está cheio!!! Agradeço primeiro ao nosso bondoso Deus por me conduzir à conclusão desta etapa;

Meus pais (Unaldo e Heliete) pelo maior exemplo de companheirismo, coragem, fé e humildade;

Meu esposo e companheiro (Leonardo) por juntos estarmos plantando nossas sementes e por semeiar com muita dedicação e compromisso cada uma delas. Tenho muito orgulho de você;

Ao meu doce filho Rafael, às vezes, sinto que todas as experiências vividas foram para me sentir uma pessoa merecedora em recebe-lo;

Meus irmãos (Lizia, Hélder e Laira), meu primeiro ciclo de respeito à diversidade e prova de que o amor supera tudo;

Aos meus cunhados (Marco e Letícia), pela certeza de que sempre estarão ao meu lado;

Meus tios/tias e primos/ primas em especial Karem, Glauber, Lidiane, Leticia, Leo, Luciana, Magno, Danilo, Zaury, Amintas, Nelci e Joanita;

À Dona Valdé, pelos conselhos e experiência contada a cada encontro; À Bruno, Zi, Tamara e Lary pelos incentivos.

À Dona Eliene, Robson, Clarinha e Caique pela amizade e exemplos de bondade e amor ao próximo;

Aos amigos que a Economia Solidária, Agricultura Familiar e o Turismo de Base Comunitária me trouxeram e juntos somos mais fortes...somos uma rede. Em especial, à Eva, Flávia, Jeandro, Franklim, Sara, Carina, Rogério, Ianna Kelly, Débora, Gabriela Luz (in memoriam), Anderson, Milena, Ússula, Ticiano, Carleandro, Alex, Ednalva, Silvia, Danilo, Geiza, Rejane, Leila, Ângelo, Jheasper;

À CAR, pelo apoio e contribuições para a construção desta pesquisa. Em especial, Wilson Dias, Fernando Cabral, Dora, Sr Olaf, Eduardo. Toda equipe do Bahia Produtiva e Prosemiárido.

À COFASPI, lugar onde pude ter a oportunidade de estar envolvida aos jovens cheios de fé e vontade em lutar pelo bem viver das comunidades rurais. Em especial à Leonardo, Robson, Belau, Nara, João, Junior e Luna;

À uns/umas cabras arretados/as que desbravam as caatingas e são inspirações para qualquer pessoa. Valda Aroucha, Farnésio Bráz, Inaiara e Lorena Melo;

À Irani Soares, Gicele e Eduardo amigos que sempre acreditam e nunca desistem de mim;

À MPED, em especial aos meus colegas de turma, por cada sorriso, olhar e abraço acolhedor. Com vocês tudo foi mais doce!

Às professoras e professores do MPED, em especial à Emanuela Dourado, Carmélia, Jane e Ana Lúcia.

Às professoras Dorath, Ludmila e ao professor Elmo pela humildade e contribuições dadas na construção desta pesquisa;

À professora Luzineide Dourado, pela acolhida, paciência e orientações que se tornaram referência para minha vida pessoal e profissional.

Canção da Terra

Tudo aconteceu num certo dia
Hora de Ave Maria
O Universo viu gerar
No princípio, o verbo se fez fogo
Nem Atlas tinha o Globo
Mas tinha nome o lugar
Era Terra,
E fez o criador a Natureza
Fez os campos e florestas
Fez os bichos, fez o mar
Fez por fim, então, a rebeldia
Que nos dá a garantia
Que nos leva a lutar
Pela Terra,
Madre Terra, nossa esperança
Onde a vida dá seus frutos
O teu filho vem cantar
Ser e ter o sonho por inteiro
Sou Sem Terra, sou guerreiro
Co'a missão de semear
A Terra, Terra,
Mas, apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
A Terra, Terra,
Terra, Terra...

Pedro Munhoz



LISTA DE FIGURAS

Figura 01.	Pilares da formação na EFA.....	32
Figura 02.	Instrumentos para avaliar habilidades / convivência na Alternância dos Egressos.....	39
Figura 03.	Mapa Semiárido Brasileiro.....	41
Figura 04.	Quadro de abordagens e procedimentos da pesquisa.....	54
Figura 05.	Configuração quanti – qualitativa da pesquisa.....	55
Figura 06.	Situação do trabalho para os Egressos das EFA's.....	66
Figura 07.	Egressos das EFA's que trabalharam na formação.....	66
Figura 08.	Vínculo empregatício dos Egressos das EFA's.....	68
Figura 09.	Egressos das EFA's que trabalharam antes dos estudos.....	69
Figura 10.	Exigência da capacitação profissional dos Egressos das EFA's..	70
Figura 11.	Localização dos espaços de trabalho.....	70
Figura 12.	Aprendizado dos Egressos nas EFA's.....	71
Figura 13.	Tipo de graduação dos Egressos nas EFA's.....	72
Figura 14.	Escolarização dos pais dos Egressos nas EFA's.....	73
Figura 15.	Avaliação das infraestruturas das EFA's.....	75
Figura 16.	Avaliação dos conhecimentos teóricos e práticos das EFA's.....	76
Figura 17.	Avaliação dos cursos concluídos nas EFA's.....	76
Figura 18.	Nível de escolaridade atual dos Egressos nas EFA's.....	77

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 01.	CRONOGRAMA DE MUDANÇAS OCORRIDAS EM TRINTA ANOS DO SÉCULO XX.....	22
Quadro 02.	Integração do tempo da Alternância nas EFA's.....	34
Quadro 03.	Instrumentos Pedagógicos das EFA's.....	34
Quadro 04.	Aspectos para avaliação do tempo casa ou estadia.....	37
Tabela 01.	EFA's no Semiárido Brasileiro.....	40
Tabela 02.	Parceiros da COFASPI.....	59
Quadro 05.	Ações propostas pelos Egressos das EFA's – Entrevistados.....	78

LISTA DE SIGLAS

AECOFABA	Associação Comunidades Famílias Agrícolas da Bahia
APPJ	Associação dos Pequenos Agricultores de Jabuticaba
ASA	Articulação do Semiárido
ATAS	Associação de Técnicos Agrícolas do Sertão
CEBs	Comunidades Eclesiais de Bases
CODETER	Colegiado Territorial
CEFFAS	Centros Familiares de Formação por Alternância
COFASPI	Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar e Sustentável do Piemonte.
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
EFA	Escola Família Agrícola
EFA's	Escolas Famílias Agrícolas
ENERA	Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDB	Lei das Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MEPES	Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OSCIP'S	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONG'S	Organização Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
REFAISA	Rede de Escolas Famílias Integradas do Semiárido
RESAB	Rede do Semiárido Brasileiro
SAB	Semiárido Brasileiro
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNEFAB	União Nacionais das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

Essa pesquisa está inserida no ambiente dos estudos acerca da Educação do Campo, especificamente, para o Ensino Médio e Profissionalizante, onde investigamos, a partir, dos olhares dos jovens rurais egressos das Escolas Famílias Agrícolas as contribuições da Pedagogia da Alternância para um processo formativo dos/as destes que refletem nos espaços de trabalho para que os mesmos possam intervir pela melhoria da qualidade de vida das famílias e comunidades do campo. A pesquisa se desenvolveu, tendo como método a pesquisa participante, através de uma abordagem de cunho dialético. Utilizamos como dispositivos de pesquisa o questionário semiaberto que contribuiu para a construção colaborativa da Proposta de Intervenção (Plano Propositivo para a complementação da profissionalização dos Jovens Rurais). Tivemos como colaboradores desse estudo jovens egressos das Escolas Famílias Agrícolas que atuam na Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar e Sustentável do Piemonte. Tal proposta foi pensada considerando que as construções dos processos formativos são enriquecidas quando as diversidades, os contextos sociais, culturais, valores e as subjetividades das comunidades que somados ao conhecimento científico passam a oferecer aos envolvidos a oportunidade de vivenciar uma dinâmica no processo de ensino/aprendizagem que contribua para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, comunidade e escola.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo, Pedagogia da Alternância, Profissionalização de Jovens Rurais.

ABSTRACT

This research is inserted in the environment of studies about Field Education, specifically for High School and Vocational Education, where we investigate the contributions of the Alternation Pedagogy to a process of training of the young rural students of the Agricultural Family Schools. These are reflected in the work spaces so that they can intervene to improve the quality of life of families and communities in the countryside. The research developed, using participant research as a method, through a dialectical approach. We used as research devices the semi-open questionnaire that contributed to the collaborative construction of the Intervention Proposal (Propositional Plan to complement the professionalization of the Rural Youth). We had as collaborators of this study young graduates of the Agricultural Family Schools that work in the Cooperative of Work and Assistance to Family and Sustainable Agriculture of Piedmont. This proposal was thought considering that the constructions of the formative processes are enriched when the diversities, the social contexts, cultural, values and the subjectivities of the communities that added to the scientific knowledge give to the involved ones the opportunity of experiencing a dynamic in the process of teaching / Learning that contributes to the personal and professional development of students, community and school.

KEYWORDS: Field Education, Pedagogy of Alternation, Professionalization of Rural Youth.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. A ALTERNÂNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	21
2.1. Educação do Campo: Trajetórias e Desafios Contemporâneos para Jovens Rurais..	22
2.1.1. Perspectivas da Educação do Campo Contextualizada	25
2.1.2. Diálogos entre a Educação do Campo e a Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido	27
2.2. As EFA's: Uma proposta de Educação do Campo no contexto nacional e regional ...	31
2.2.1. O processo formativo na Pedagogia da Alternância	34
2.2.2. As EFA's pautadas na Convivência com o Semiárido Brasileiro.....	41
3. JUVENTUDE RURAL: FORMAÇÃO PARA O TRABALHO	45
3.1. A Profissionalização dos Jovens Rurais	49
4. PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO	53
4.1. O caminho a caminhar – O método.....	54
4.2. Caracterização do Lócus.....	59
4.3. Instrumentos de Pesquisa.....	62
4.4. Proposta de Intervenção: Plano complementar à profissionalização dos jovens rurais	63
5. ACHADOS DA PESQUISA.....	66
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87
APÊNDICES.....	92
ANEXOS	125

1. INTRODUÇÃO

A construção deste estudo deu-se em um momento em que o Brasil se encontra em meio a um conjunto de medidas adotadas pelo governo federal que propõe o avanço do modelo de agricultura que valoriza o agronegócio, o que demanda dos profissionais da educação do campo, universidades e movimentos populares não apenas a construção unificada da resistência, mas também ações propositivas a este cenário.

Faz-se importante destacar que nos últimos anos muitas de escolas rurais têm sido fechadas e que, ainda que somado ao crescimento do agronegócio, não foram capazes minimizar as lutas e conquistas dos movimentos sociais pela estruturação de uma política educacional para o campo. Buscando-se uma educação que forme os sujeitos para compreender suas realidades e diversidades que seus recortes espaciais oferecem e a importância das práticas educativas que valorizem as famílias que vivem no campo, assim como, suas histórias, valores e os espaços.

Dessa forma, a Educação do Campo propõe que os sujeitos busquem compromissos sociais que contribuam para a transformação destes alinhando todo o processo histórico de lutas e conquistas das famílias do campo, assim como as particularidades das comunidades rurais. Dessa forma, dando continuidade à construção de práticas que levem ao ambiente escolar e aos organismos sociais processos formativos que discutam e proporcionem a todos/as a oportunidade de atuar de forma efetiva na busca pela melhoria das propostas educacionais vigentes para o campo.

Este estudo busca colaborar com esta temática, visto que aborda uma necessidade de aprofundamento do mesmo assim como temas que os envolvem, como políticas públicas, extensionismo rural, associativismo e cooperativismo, transição agroecológica, luta pela terra e água, superação da crise do trabalho formal, economia solidária, afinal, trata-se de temas que se apresentam na transversalização da Educação do Campo, com contribuições à profissionalização dos jovens rurais.

Neste cenário de debates e reflexões sobre a Educação do Campo, destaca-se o lugar das Escolas Famílias Agrícolas – EFA's, a partir da oferta do eixo da formação da Alternância que propõe os diálogos construídos e de possíveis construções entre teoria e prática, a heterogeneidade dos estudantes e a formação para a auto-organização com o propósito de formar sujeitos autônomos e voltados para demandas coletivas.

O tema em estudo apresentado dá formas diversas às inquietações relacionadas ao mundo do trabalho para os jovens rurais e aos processos formativos para a profissionalização destes, que fomentaram a construção da proposta de pesquisa nos possibilitando, enquanto parte de entidade prestadora de Assistência Técnica e implantação de tecnologias sociais para o campo que atua nos Territórios Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru e Bacia do Jacuípe, tentar construir diálogos com as EFA's e apresentar uma proposta que contribua para a profissionalização dos jovens rurais.

A COFASPI – Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar e Sustentável do Piemonte, surgiu com a missão de proporcionar aos agricultores e agricultoras familiares, assessoramento técnico em suas atividades agropecuárias, com a finalidade de promover uma agricultura economicamente viável, ecologicamente equilibrada, socialmente justa e culturalmente adaptada, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da região onde atua.

As ações desenvolvidas nesta cooperativa visam um melhor aproveitamento dos recursos naturais, além da sua conservação, com foco no desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável. Tendo como principais ações os projetos de assistência técnica e extensão rural, onde o manejo agroecológico é o principal foco no desenvolvimento das atividades, e as feiras de base agroecológicas, o meio de comercialização local, etc. Existem também os projetos de implantação de tecnologias voltadas a captação, armazenamento e conservação de água da chuva para consumo e produção de alimentos, que proporcionam aos agricultores e agricultoras familiares participarem da discussão e das ações de convivência com o semiárido.

Grande parte do corpo técnico desta entidade são jovens egressos das Escolas Famílias Agrícolas, que nesta pesquisa participante puderam colaborar através dos seus olhares, percepções e vivências, durante a aplicação dos questionários e das reuniões para a construção de uma proposta que possa colaborar com a complementação à formação escolar. Foram ouvidos os jovens e seus anseios ao sair da escola e encontrar seus primeiros trabalhos.

Assim, a proposta de intervenção apresentada neste estudo com o título “PLANO COMPLEMENTAR À PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS RURAIS NAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA”, surgiu cheia de sentimentos diante das experiências pessoais e profissionais dos jovens rurais egressos das EFA's. Além de destacar as experiências concretas de Educação do Campo pela Escola Família Agrícola a partir do referencial pedagógico da Alternância que surgiu como uma resposta às reais necessidades dos filhos/as dos agricultores/as como oportunidade para formação e possibilidade de inserção dos jovens rurais no espaço de trabalho.

O interesse pelo tema emergiu da necessidade de compreender a aproximação dos espaços de formação (escola e família), na busca da profissionalização dos jovens rurais que nos oportunizou a desenvolver uma proposta de intervenção entre os egressos e a escola, através desta pesquisa, que contribua de forma complementar à profissionalização dos jovens rurais estudantes das EFA's. Dessa forma, foi possível destacar as compreensões dos/das jovens egressos/as se percebem e poderem contribuir neste processo formativo a fim de agregar valores e efetiva atuação no processo de construção e fortalecimento da Educação do Campo.

A vida do aluno e a sua realidade constituem o eixo do processo ensino-aprendizagem destas instituições de ensino. Neste caso, os jovens são preparados para trabalhar pelo bem viver das suas comunidades. Assim, podemos perceber que a vida do/a aluno/a no meio familiar, comunitário e profissional, utiliza-se do convívio, trabalho, observação e pesquisa, para que os mesmos possam refletir, analisar, questionar e se aprofundar no papel da EFA para a transformação deles e consequentemente das suas comunidades.

Nessa perspectiva, a experiência social e profissional se torna ponto de partida no processo de ensinar e também ponto de chegada, pois o método da alternância constitui-se no tripé, ação–reflexão–ação ou prática–teoria–prática. A teoria está sempre em função de melhorar a qualidade de vida, afinal, encontramos na estrutura escolar a teoria necessária para que estes jovens se tornem agentes de transformação nas suas famílias, comunidades e ao assumir o espaço de trabalho, possam contribuir pela busca da melhoria da qualidade de vida de outras famílias.

Faz-se importante destacar que é neste sentido que a educação não-formal ou não-escolar está presente nas associações, nas organizações, nos movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos, nos partidos políticos e nas ONGs, o que oportuniza aos jovens a possibilidade de ter uma formação mais ampla, através, da aproximação do Currículo Escolar com as particularidades locais.

Dessa forma, a escola em parceria com as comunidades e entidades sociais vêm buscando um processo de formação continuada, percebendo que sua atuação profissional destes/as jovens não pode se limitar a um emprego formal e sim se expandir à prática dos aprendizados adquiridos no processo de formação e qualificação destes.

Na busca da articulação entre o estudo teórico e a prática profissional, realizamos uma atividade com os jovens a partir das reuniões com o GT – Grupo de Trabalho da COFASPI, nas quais apresentamos os resultados sistematizados dos questionários que aplicamos a 15 (quinze) jovens egressos de EFA's. Assim como apresentamos o produto construído, neste caso, optamos por chama-lo de proposta de intervenção, para que, de forma articulada com as EFA's, possamos efetivá-la.

A EFA propôs uma análise à afirmação desta como um projeto político de desenvolvimento sustentável na região, assim como uma proposta de educação diferenciada, alternativa e conscientizadora com o foco na diversidade, no papel do educador e na formação para o trabalho. Ainda, foi um momento importante para analisarmos as políticas educacionais compensatórias adotadas pelo burocratismo estatal que impedem que tal experiência se estenda devido às práxis pedagógicas urbanocêntricas.

Neste limiar, delimita-se como problema de pesquisa a seguinte questão: Como os/as alunos/as egressos/as de Escolas Famílias Agrícolas apreendem a contribuição da Pedagogia da Alternância no processo de sua profissionalização enquanto jovens do campo?

Ouvir os/as jovens egressos/as se torna importante pelo fato de termos, enquanto instituição de trabalho, experiências de sujeitos que já passaram pelo processo formativo das EFA's e suas análises sobre as dificuldades encontradas nos espaços de trabalho sob as perspectivas de temas que poderiam ter sido aprofundados durante o período de estudos.

Diante disso, tais experiências podem ser potencializadas, caso os princípios da Pedagogia da Alternância sejam praticados de forma mais intensa. Afinal, a base proposta das EFA's é que a construção do conhecimento deve ser promovida com respeito as particularidades locais, bem como as cargas de conhecimentos empíricos e ou científicos que os/as educandos/as trazem consigo.

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo nasceu da necessidade de compreender como alunos egressos da EFA percebem a contribuição da Pedagogia da Alternância no processo de profissionalização de jovens do campo. De forma específica buscou-se: 1) Identificar junto aos Egressos das EFA's as contribuições da Pedagogia da Alternância para suas formações profissionais refletidas nas suas práticas de trabalho no campo; 2) Discutir com o Grupo de Trabalho para Educação do Campo da COFASPI quais contribuições e necessidades de contribuições com as EFA's e 3) Desenvolver uma proposta que contribua para a profissionalização de jovens rurais das EFA's identificadas nas distâncias entre as temáticas dos assuntos necessários ao trabalho de campo apresentados pelos/as egressos/as.

Assim, para que possamos justificar a necessidade da questão de pesquisa, é preciso que estejam claras as práticas e as concepções de Pedagogia da Alternância e sua fundamentação. Isso porque essa pedagogia pode significar um caminho para viabilizar a relação entre o processo formativo para o trabalho na formação humana dos trabalhadores rurais/do campo.

A pesquisa está estruturada em cinco partes – incluindo a Introdução – nas quais foram apresentadas as questões teóricas e metodológicas imbricadas na pesquisa e o sentido da profissionalização de jovens rurais, tendo como eixo de discussão o desenvolvimento, o tempo escola e o tempo família como partes importantes no processo de formação.

A segunda parte – **A ALTERNÂNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO** – apresenta uma contextualização dos aspectos relacionados à Educação do Campo, a partir das suas trajetórias e desafios, nas perspectivas da contextualização das suas práticas. Ainda, trazemos as EFA's como modelo de Educação para o Campo e o processo histórico de consolidação das escolas, a partir de um panorama de sua atuação no Semiárido Brasileiro, que através das suas práticas oferecem aos jovens rurais a oportunidade de ir além da produção agrícola e agropecuária na busca pelo bem viver das comunidades escolares e das de origens destes jovens. Além disso, dialogamos sobre a Educação do Campo e a EFA e suas contribuições para o desenvolvimento social, cultural, ambiental e econômico tendo como base as reflexões elaboradas por: CALAZANS (1993); CALVÓ (199/2002); CAVALCANTE (2007); SILVA (2013); CARVALHO (2010); RESAB (2011); DEMARTINI (2011); MARCOCCIA (2011), BAVARESCO E RAUBER (2014); PESSOTTI (1978); ABRAMOWAY (2004), entre outros. Também foram apresentados estudos a partir de conceitos e experiências concretas dos jovens profissionais egressos que atuam como atores no processo de fortalecimento de identidades e representações, ou seja, como um de sentidos e identidades construídos e produzidos de significados pelos sujeitos discursivos.

A terceira parte – **JUVENTUDE RURAL: FORMAÇÃO PARA O TRABALHO** – revela a imersão no nosso local, espaço e tempo, além, do destaque à Pedagogia da Alternância, a partir da profissionalização dos jovens rurais, como estes atuam nos espaços de trabalho e quais as opções existentes para que se motivem a estudar na perspectiva de contribuir pela melhoria da qualidade de vida das comunidades e das suas famílias. Para isto, elegemos autores/as como: OLIVEIRA (2012); DURSTON (1994); LEVI E SCHMITT (1996).

Na quarta parte – **PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO** – estão abordados o método; a caracterização do *lócus*; os instrumentos de pesquisa; o perfil dos colaboradores; os instrumentos utilizados e a proposta de intervenção denominada: “Proposta para formação complementar à profissionalização dos jovens rurais”. Neste capítulo, inicialmente, narramos a motivação e o percurso metodológico que proporcionaram a construção desta pesquisa. Dessa forma, os/as leitores/as podem compreender a trajetória e o nosso interesse pela temática em estudo, além dos caminhos metodológicos escolhidos para fundamentar academicamente as construções dos dados.

Na quinta parte – **ACHADOS DA PESQUISA** – estão apresentadas as temáticas que nortearam os caminhos deste trabalho, o que o campo da pesquisa nos apresentou, através das escutas e avaliações dos instrumentos aplicados que resultaram na construção da proposta de intervenção e seus desdobramentos.

Em seguida, estão as Considerações Finais, contendo as opiniões construídas e/ou fortalecidas durante o processo de imersão para a construção do trabalho, levando em consideração as propostas apresentadas por este para contribuição ao processo formativo dos/as jovens rurais das EFA's.

Já nos apêndices consta o produto/proposta de intervenção completa, incluindo seus princípios norteadores, objetivos, temas formativos, fundamentação teórica, metodologia, recursos, avaliação, considerações construídas a partir dos olhares dos/das egressos/as sobre o processo de formação e as dificuldades encontradas nos espaços de trabalho, o que nos permitiu propor a construção desta proposta coletivamente com o GT da COFASPI.

Por fim, seguem os anexos que apresentam os documentos exigidos para validar a construção deste estudo e a proposta de intervenção. Contudo, este trabalho não é um documento fechado e estará aberto para que ao longo da execução ele seja avaliado e adequado de acordo as necessidades de cada comunidade escolar e aos tempos dos estudantes.

2. A ALTERNÂNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

*“Encontrar-se para conhecer.
Conhecer-se para caminhar juntos,
caminhar juntos para crescer.
Crescer-se para amar-se mais”
(Padre Humberto Pietrogrande)*

A Educação do Campo, por meio da Pedagogia da Alternância nas Escolas Famílias Agrícolas, fomenta nos sujeitos a busca por compromissos sociais que contribuam para as transformações nas comunidades rurais, alinhando-se a todo processo histórico de lutas e conquistas das famílias do campo. Dessa forma, destaca-se a importância de que os sujeitos envolvidos no processo educativo possam ter oportunidades de encontrar no ambiente escolar e nos organismos sociais processos formativos que os façam se sentir parte da busca por uma Educação do Campo que atenda as demandas das comunidades, em especial dos/das jovens rurais.

O processo de ensino-aprendizagem na Educação do Campo, em especial nas EFA's pela alternância, surge através participação ativa das famílias/comunidades, afinal, não existe ensino se não existem as condições de aprendizagem. Apesar de condicionados à qualidade de vida no campo na qual os jovens egressos da EFA atuam buscando a melhoria da qualidade de vida das famílias e as escolas acabam se tornando espaços para construção do saber destes que estão em um processo de formação escolar diferenciado.

Dessa forma, este capítulo apresentará a alternância das EFA's e suas contribuições para a Educação do Campo para além da formação escolar e as somatórias para a formação profissional dos jovens que tiveram oportunidades de ingresso às tais escolas e posteriores contribuições destes para melhoria da qualidade de vida nas comunidades que estão inseridos, além, das que atuam profissionalmente.

2.1. Educação do Campo: Trajetórias e Desafios Contemporâneos para Jovens Rurais

Buscar na história fatos que marcaram épocas é fundamental para compreender o presente com maior precisão. No âmbito da educação do campo não é diferente, ela se constitui como uma prática social e histórica, construída pelas pessoas com as ideologias e características próprias de cada época e isso fica fortemente marcado na trajetória de lutas e conquistas da educação do campo.

O direito à educação para a população do campo ocorreu de forma gradativa, ela sempre esteve ligada às demandas agrícolas de cada época, de acordo com a necessidade e o processo de produção e de industrialização do país, como explicam Bavaresco e Rauber (2014). Ainda de acordo com os autores, a proposta educativa para as comunidades do campo era conhecida como Educação Rural e fundamentava-se nas grandes propriedades de terra, onde geralmente existia uma escola que servia para alfabetizar as crianças dos empregados.

O ensino regular em áreas rurais teve seu surgimento no fim do segundo império e implantou-se amplamente na primeira metade deste século (XX). O seu desenvolvimento através da história reflete, de certo modo, as necessidades que foram surgindo em decorrência da própria evolução das estruturas sócio agrárias do país. (CALAZANS, 1993, p. 15).

Neste sentido, a educação surgiu no campo através da demanda de suprir as necessidades básicas de educação das crianças, de acordo com os interesses das elites brasileiras e do Governo, que por sua vez não se esforçavam para mudar a realidade do período da história que era de exploração da mão-de-obra barata e do trabalho braçal. Assim, as crianças do campo se viam num futuro presas ao trabalho naquela propriedade, partindo para a lavoura para trabalhar e, com isso, garantiam aos fazendeiros mais mão-de-obra e maiores índices de produção (BAVARESCO E RAUBER, 2014).

Segundo Demartini (2011), nessa época, o Estado preocupava-se em criar escolas por entender como um perigo se os imigrantes criassem suas próprias escolas e reforçassem os laços com as nações de origem, então, ofertava uma

educação que pudesse fortalecer os laços com à nação brasileira. O autor ainda explica que, no período da Primeira República, por volta de 1889, a “Educação Rural” continuou inferior à educação das escolas urbanas, pois a política educacional adotada continuou sendo preferencial às populações urbanas e as rurais eram consideradas como mais avessas à educação escolar.

O cronograma abaixo nos apresenta as mudanças ocorridas em 30 (trinta) anos do século XX:

QUADRO 01- CRONOGRAMA DE MUDANÇAS OCORRIDAS EM TRINTA ANOS DO SÉCULO XX:

Entre 1940-1950 – Altos índices de analfabetismo assombravam o Brasil;
1960 – Destaca-se nesse período a saída do homem do campo para a cidade em busca de novas oportunidades para melhorar suas condições de vida e trabalho.

Fonte: RESAB, 2011. Adaptado por SENA (2017).

Nos dias de hoje, esse quadro ainda não é muito diferente, a Educação do Campo continua em segundo plano, o que não garante educação de qualidade e do campo para o campo. As escolas do campo ainda sofrem com a não efetivação das políticas públicas que atendam realmente às suas necessidades. É preciso buscar novas alternativas para continuar avançando e rompendo as barreiras e as ideologias de uma educação nunca priorizada.

É importante reorganizar os modelos educacionais, valorizando as especificidades do campo, para que as crianças e os jovens que são atendidos por esta educação tenham uma aprendizagem significativa. Para Demartini (2011, p. 187), “A questão que permanece, depois de mais um século, é: Por que a educação da população rural continua não só em segundo plano, mas com tantos problemas?” Apesar das conquistas, identificamos que as escolas do campo precisam ser reconhecidas e que para isso são necessárias medidas diferenciadas, de norte a sul do país, que atinjam especificamente as dificuldades de cada escola, sendo estas pedagógicas, de estrutura física, formação de professores, transporte escolar, entre

outras, lembrando sempre das diferentes culturas e condições sociais que caracterizam o país.

Por outro lado, é importante ressaltar uma análise sobre os avanços e as conquistas diante da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e sobre o Plano Nacional de Educação (PNE). Na elaboração das primeiras constituições no Brasil, a educação do campo não foi mencionada em seus artigos. Com as novas regulamentações de ensino na Constituição de 1988, a educação nas escolas do campo ganhou subsídios para suprir suas necessidades, tanto socialmente quanto na área pedagógica, assim como, também, na elaboração da nova LDB n. 9.394/96, que destinou os artigos, 23, 26 e 28, específicos para a Educação do Campo (MARCOCCIA, 2011).

Essas leis abriram precedentes legais, jurídicos e políticos que trouxeram possibilidades de uma educação que respeite as identidades dos homens e mulheres do campo. Esse foi um grande momento para a educação campesina, pela primeira vez mostra-se consciência das singularidades do campo e de um processo educacional que atende às expectativas desse povo. O PNE teve metas de 2001 a 2010, as quais abrangeram algumas para a educação do campo. Infelizmente, após uma década, as mudanças esperadas para a educação do campo não foram eficazes. A realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), no período de 28 de março a 01 de abril de 2010, reorganizou e estabeleceu novas metas para o novo Plano Nacional de Educação (PNE) que compreenderá de 2011 a 2020 (MARCOCCIA, 2011).

Porém, em meio a tal situação nos dias de hoje, diante a incertezas do atual cenário político e suas políticas públicas, as EFA's persistem e resistem na busca pela contribuição para a Educação do Campo e oportunizar aos jovens rurais a possibilidade de estudo se adequando as mudanças no modo de produção e de viver do campo buscando estar próximas dos valores, das crenças, da cultura e dos modos de vida das comunidades em que estão inseridas.

Pensar na educação do campo nos permite reflexões diante das lutas e das conquistas do povo do campo nos remetendo a busca pela qualidade e por uma

educação do campo, que se faça no campo e para o campo, é sem dúvida o desejo de muitos movimentos sociais deste. Apesar dos desafios, este povo sempre seguiu motivado para reivindicar mudanças e melhorias na educação. É preciso a atenção especial dos governantes para a criação de políticas públicas e aplicação de recursos para a melhoria das estruturas das escolas, física e pedagogicamente (SOUZA, 2012).

Assim, acreditamos que a escola será do campo e deve trazer para os territórios rurais a oportunidade de sua população não apenas ter acesso à escola, mas o mais importante, a oportunidade de participar e permanecer nela. É preciso romper com as ideologias históricas que marcaram a educação do campo e fazer com que se concretizem de fato, o acesso e a permanência dos educandos do campo, em escolas do e no campo.

O debate sobre Educação do Campo é um tema relativamente novo na agenda da política educacional do país, o que se estende à Bahia de forma muito tímida ainda, o que limita o fortalecimento das escolas do campo que são para o campo desfavorecendo. Envolvida nas lutas das populações que deram origem a essa especificidade educacional, a Educação do Campo é a reafirmação do direito dos povos do campo de serem educados nos seus espaços geográficos, sociais, culturais e respeitando a sua sociodiversidade e identidades.

Contudo, a Educação do Campo como vimos possui um caminho próprio, como sujeitos autores dessa história, permanentemente atentos aos possíveis caminhos, parceiros e estratégias para um projeto que a educação seja de fato, instrumento de transformação, de mudança social, como nos ensinou Paulo Freire ao defender que, “a finalidade do ato educativo é transformar a realidade e a transformação não ocorre sem luta pelo poder, sem o ato de modificar o mundo, para quem, com quem e contra quem”. (FREIRE, 1979, p.60).

2.1.1. Perspectivas da Educação do Campo Contextualizada

Contextualizar a educação do campo nos dias de hoje é muito importante, pois a revisão da trajetória histórica aos dias atuais é sempre necessária para

analisar os aspectos históricos do ambiente escolar, as dimensões políticas, econômicas, culturais e ambientais entre os atores envolvidos. Dessa forma, podemos ter uma ação da escola mais qualificada.

Assim, é possível propor uma educação que atenda as suas necessidades, bem como políticas públicas que atendam às especificidades de tal educação. Além disso, também é importante analisar e compreender as lutas e as conquistas que foram marcantes e determinantes para delinear a educação do campo no Brasil, ressaltando as conquistas e as dificuldades enfrentadas ao longo do tempo para ganhar espaço e ser reconhecida.

Bavaresco e Rauber (2014) consideram que, muitas vezes a compreensão do campo está baseada:

(...) no conjunto das relações sociais desiguais que caracterizam o modo de produção capitalista e, especialmente, como lugar de vida e trabalho, um lugar que marcou, e continua construindo a sua marca na história brasileira, por meio de um contexto de lutas e conquistas pela terra e por uma educação que garantisse a esse povo o direito ao trabalho e à escolarização (BRAVERSCO E RAUBER, p.85-86, 2014).

A fim de contextualizar a educação do campo, é indispensável compreender este ambiente e a vida das pessoas nele estão inseridas, bem como as instituições ligadas a elas. Esse espaço, de acordo com Fernandes (2012), "(...) é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de cultura camponesa constrói sua existência." (FERNANDES, p. 744, 2012). Ou seja:

Mais do que um espaço de produção agrícola, é um espaço de vida, de sabedoria, de cultura, de relações entre homens, mulheres, crianças, jovens, e idosos entre eles e, a natureza. É por meio dessa compreensão que se pôde identificar as territorialidades dessa população para dirigir a mesma, políticas públicas que atendam a suas especificidades (BRAVERSCO E RAUBER, p.86, 2014).

Neste sentido, Souza e Santos (2010) explicam que para se conceber uma educação a partir do campo e para o campo, se faz necessário ressignificar ideias e conceitos estabelecidos pelo senso comum há muito tempo, desconstruindo paradigmas, preconceitos e injustiças, para que seja possível reverter as

desigualdades educacionais que foram historicamente construídas entre o campo e a cidade. Aliado a isso, HENRIQUES et al. explicam que:

Os conceitos relacionados à sustentabilidade e à diversidade complementam a educação do campo ao preconizarem novas relações entre as pessoas e a natureza e entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas. Levam em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política e cultural, bem como a equidade de gênero, étnico-racial, intergeracional e a diversidade sexual (HENRIQUES et al. p. 13, 2007).

A busca pela imersão a estes conceitos permite a prática da Educação do Campo Contextualizada como proposta a agregação de valores à Educação do Campo, além, de valorização das identidades e potenciais de cada localidade.

Assim, a contextualização deve ser encarada como facilitadora tanto no entendimento do conteúdo, na busca pela aproximação das histórias e conhecimentos que cada indivíduo traz consigo e com o espaço de origem. A Educação Contextualizada vem propondo uma aproximação entre as escolas, os locais que estão situadas, os alunos, os funcionários, o corpo docente na busca pela construção do conhecimento que respeite as cargas de conhecimentos dos indivíduos.

Diversos são os entraves para a promoção da educação contextualizada no campo, por exemplo, a ausência de material didático ou material que possa ser utilizado como referência para que os professores/as possam trabalhar em sala de aula. Isso provoca aos docentes a busca pela inovação e pela inserção das discussões em sala sobre temas relativos aos espaços e histórias dos atores envolvidos nas comunidades camponesas, além, da possibilidade de reformularem os currículos das escolas do campo.

2.1.2. Diálogos entre a Educação do Campo e a Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido

Diante do exposto até o momento, acreditamos na importância em trazer a discussão sobre a importância da Educação Contextualizada para a Educação do

Campo e quais as ações que vêm promovendo diálogos na busca de uma proposta educativa que valorize os saberes, as experiências, as características econômicas, sociais, culturais e ambientais de cada localidade.

No ano de 2000, foram realizadas duas atividades com a proposta de reunir diversas experiências de convivência com o Semiárido Brasileiro, na cidade de Juazeiro, Bahia. O Simpósio Escola e Convivência com a Seca, realizado no ano de 1997 em parceria com o Projeto Nordeste, a UNDIME e o UNICEF e o Seminário de Educação no Contexto do Semiárido Brasileiro, realizado em 1998, numa parceria estabelecida entre o Departamento de Ciências Humanas do Campus III (Juazeiro) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e o UNICEF Brasil. Tais eventos deram bases ao amadurecimento da proposta para a criação da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB (RESAB, 2016).

Porém, só no ano seguinte a RESAB deu início à sua consolidação com o apoio da UNEB, através do Departamento de Ciências Humanas III, e do IRPAA com objetivo de realizar um trabalho de mobilização de novos atores governamentais e não governamentais na região Semiárida (RESAB, 2016).

Segundo a RESAB (2016), uma de suas principais metas era a mobilização do maior número possível de entidades que atuam com educação ligadas ao campo, com objetivo de:

(...) produzir e sustentar um “discurso” de inclusão qualitativa, pautado na noção de educação para a Convivência com o SAB; realizar diagnóstico amplo das condições das políticas públicas de Educação no SAB e do próprio SAB; realizar ampla mobilização da sociedade, através de 1 (uma) conferência de educação contextualizada no SAB, em cada Estado e 1 (uma) conferência nacional de igual caráter; propor e realizar outros estudos e discussões necessárias ao aprofundamento das questões suscitadas; produzir material didático alternativo e livros didáticos específicos para o SAB; e estabelecer, por dentro deste processo de mobilização, novas, amplas e diversas parcerias, que viessem fortalecer e enriquecer a RESAB e garantir uma educação de qualidade e uma política de direitos para as crianças e adolescentes do Semiárido Brasileiro (RESAB, 2016).

Percebemos que tais propostas despertaram o interesse de pesquisadores/as sobre a temática, além, dos interesses das entidades e escolas do campo para conhecer outras experiências na busca da prática e fortalecimento das ações educativas de forma contextualizada e diferenciada o que contribui com a formação pessoal e profissional, além, de fomentar a busca por ações que somatizadas possam promover o desenvolvimento das comunidades rurais.

Em momento anterior a consolidação da RESAB, houve o Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), realizado em julho de 1997, no campus da UnB pelo MST em com a UnB, UNICEF e CNBB. Ainda em busca da consolidação e reconhecimento da Educação do Campo, promoveram mais tarde a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, antecedida do processo de organização e discussão nos estados e regiões, a fim de realizar as escutas para apresentação de demandas que realmente se atentem às necessidades e particularidades de diferentes regiões (CASAGRANDE, 2008).

No semiárido brasileiro, diversas ações vêm sendo realizadas, a fim de promover diálogos entre a Educação do Campo e a Educação Contextualizada, a exemplo das ações da RESAB, que vem fomentando a importância da educação contextualizada para a educação do campo através de suas organizações filiadas, como as diversas organizações da Articulação do Semiárido (ASA), que por sua vez estimula outras organizações sociais para realizar ações em suas regiões.

Segundo Martins (2004), só em 1997 a Bahia iniciou a construção de uma proposta de Educação do Campo Contextualizada, tal experiência ocorreu no município de Curaçá, fomentando e contribuindo para o processo de organização da RESAB onde o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), foi a principal instituição a buscar a concretização das propostas. Está experiência só pode acontecer diante da base em trabalho com Educação não-formal com pequenos agricultores e lavradores promovido pelo IRPAA, que com o apoio da UNICEF, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, através do Departamento de Ciências Humanas do Campus III de Juazeiro e a Prefeitura Municipal de Curaçá conseguiram realizar as experiências em espaços educacionais formais.

Para Oliveira e Rios (2012), atualmente, a Rede está composta pelos estados da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Minas Gerais, Espírito Santo, Sergipe e Piauí e sua organização comporta um Grupo Executivo nacional e grupos executivos nos Estados, além de grupos gestores e grupos formadores. Nesse processo de atuação, a RESAB que vem fomentando a elaboração e implementação da educação na região semiárida, em que atua na perspectiva de construir conhecimento fundamentado em eixos presentes no cotidiano (socioculturais e produtivos) dos envolvidos no processo de aprendizagem e ensino, tanto no campo quanto na cidade, ou seja, uma educação voltada para o contexto em que está inserida.

Tal rede também, assim como demais organizações da sociedade civil organizada (associações, cooperativas, ONG's, OSCIP's, entre outras), pautam a convivência com o Semiárido em contraposição à política governamental na busca pela defesa de um projeto político de convivência com o Semiárido Brasileiro.

As ações destas organizações sociais estão pautadas, principalmente, na cultura do estoque de água, alimentos, sementes, animais e todos os elementos necessários à vida na região, através das construções de cisternas em casas e nas escolas rurais, onde além de outras temáticas buscam na Educação Contextualizada, a oportunidade de fomentar uma educação que valorize as culturas de cada espaço.

Tais organizações sociais enfrentam alguns desafios, dentre eles, a necessidade de construção de processos que favoreçam a conscientização a respeito de cada espaço historicamente vivida, para que na relação com ela e não por meio dela a Educação do Campo e a Educação Contextualizada superem as situações de vulnerabilidade social dos povos camponeses.

É nesse processo que surge a necessidade da prática de diálogos entre a Educação do Campo e da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro a partir da superação da lógica do atraso trabalhando a autoestima das pessoas e das comunidades. A partir dela pode-se enxergar outras temporalidades, algumas dessas comunicadas como adiantadas porque baseada

em uma racionalidade que calcula o ritmo dos territórios segundo os padrões de produtividade e progresso econômico.

2.2. As EFA's: Uma proposta de Educação do Campo no contexto nacional e regional

Neste universo de alternativas educacionais para o campo, faremos neste estudo um recorte na proposta educacional das EFA's, que apresenta como princípio metodológico a Pedagogia da Alternância, uma ideia francesa da década de 30, que visa a construção de uma educação voltada para a valorização da vida e trabalho no/do campo.

De acordo com Pessotti (1978) a Pedagogia da Alternância iniciou-se em 1935 na França, a partir das insatisfações de um pequeno grupo de agricultores com o sistema educacional local que não atendia as especificidades da Educação para o meio rural. O objetivo primordial era atuar sobre os interesses do homem do campo, principalmente no que diz respeito à elevação do seu nível cultural, social e econômico consistindo numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional.

Entre as décadas de 60 e 70 do século XX, No Brasil, o MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - e os/as agricultores/as com o apoio da Igreja Católica, em especial do Padre Humberto Pietogrande organizaram uma proposta de ensino que alternavam-se os tempos em que os jovens permaneciam na escola (que naquele primeiro momento consistia em espaço cedido pela própria paróquia), que eram coordenados por um técnico agrícola com tempos em que estes ficavam na propriedade familiar neste momento os pais eram os responsáveis pelo acompanhamento das atividades dos/das jovens. Outro fator que destacamos é que está proposta pedagógica para ser aceita em nosso país, só foi possível porque chegou como proposta da igreja católica pela Itália, pois, como era na época da ditadura não poderia vir pela França (PESSOTTI, 1978).

De acordo com Gimonet (1999), a ideia básica da pedagogia da alternância surgiu com objetivo de conciliar os estudos com o trabalho na propriedade rural da família, valorizando assim as experiências concretas dos/das alunos/as, juntamente às disciplinas escolares básicas e agregando temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação profissional, social, político e econômica dos/das jovens.

Nesse sentido, Cerqueira e Santos (2013) explicam que, após as escolas com pedagogia da alternância chegarem ao Brasil através de padres italianos nos anos 70, na Bahia a primeira EFA foi fundada em 1975, fruto de um movimento que lutou a partir da necessidade das famílias e da importância para o processo de formação e valorização em “doses homeopáticas” do trabalho rural. Ainda de acordo com as autoras, hoje o estado soma aproximadamente 31 EFA's e, para articular estas escolas e acompanhar os trabalhos ali desenvolvidos, há duas associações regionais a AECOFABA (Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia) e a REFAISA (Redes de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-Árido).

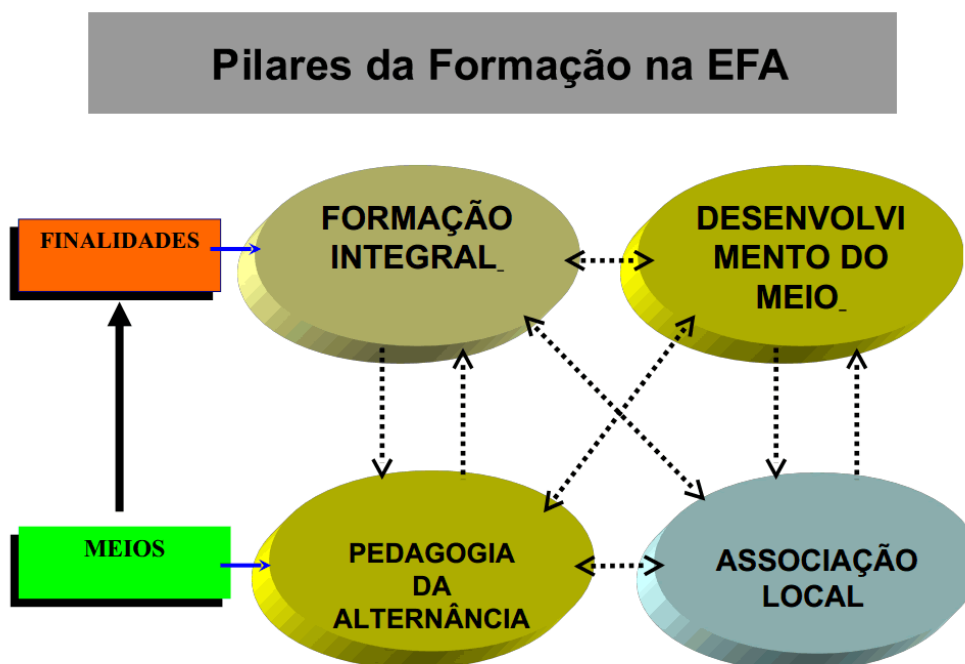
A Pedagogia da Alternância compreende que o processo educativo não ocorre apenas no espaço formal de educação, ou seja, na escola, mas também há formações em outros espaços e tempo, possibilitando a articulação dos processos de aprendizagens como esperamos apresentar o quanto é importante no processo formativo a família, escola, participação política na comunidade promovendo uma simbiose entre a educação escolar e não escolar como bases da aprendizagem.

As EFA's tomam seu formato através desta proposta pedagógica de oferecer aos jovens rurais oportunidades de estudos relacionadas às particularidades dos/dos adolescentes e jovens e que também propiciasse, além da profissionalização em atividades agrícolas, elementos para o desenvolvimento social e econômico da sua região.

Segundo Calvo (1999), as escolas famílias agrícolas trazem como características básicas, ou condições para sua viabilidade institucional, a formação integral dos alunos, o desenvolvimento local dos contextos onde atuam, a gestão

participativa da escola pelos pais agricultores e a sua orientação intrínseca, a própria pedagogia da alternância como segue apresentada na figura abaixo:

Figura 01 – Pilares da Formação na EFA



Fonte: COUTO (2016).

De acordo com Cavalcante (2007), a formação integral dos jovens rurais é um dos referenciais discursivos das EFA's e apresenta como justificativa a necessidade de uma instituição educativa diferenciada, que proporcione uma formação contextualizada para os alunos e dê sentido à sua permanência no espaço rural. Este é um processo educativo que parte da "formação escolar, formação profissional, formação social, educação, cidadania, projeto de vida, economia, família, meio...todos os meios que se referem ou que interferem de uma maneira ou de outra na formação das pessoas" (Calvó, p.22, 2002 apud Cavalcante, 2007).

Ainda de acordo com a autora, a Pedagogia da Alternância é o referencial teórico metodológico da escola família agrícola, o qual

(...) defende a *formação técnica* – voltada para o trabalho, a *formação geral* – voltada para o conhecimento elaborado contextualizado, a *formação humana* – voltada para a formação de lideranças. Para tanto, ela propõe a alternância da presença dos alunos entre a escola e a comunidade como concepção de diálogo educativo. Utiliza-se de instrumentos pedagógicos próprios, busca um processo de formação docente diferenciado e apropriado e, visa o fortalecimento da relação escola/comunidade na gestão, organização e coordenação da proposta educacional (CAVALCANTE, p.4, 2007).

No Território Piemonte da Diamantina, no qual estamos inseridos, não existe nenhuma EFA, mesmo após diversas tentativas que foram realizadas. No ano de 2012, via PROINF – Projetos de Infraestruturas e Serviços em Territórios Rurais, foi reformado um espaço no campo no município de Jacobina-BA com a proposta inicialmente de funcionar enquanto um Centro de Formação para Agricultores e Agricultoras Familiares, porém, este espaço está cedido ao time de futebol local e serve como alojamento.

Na ausência de uma EFA, os jovens rurais do Território Piemonte da Diamantina acabam indo buscar a formação profissional em escolas situadas em outros territórios. Tal fator influencia na desistência ou até na falta de acesso, principalmente nas implicações financeiras com as despesas e a distância.

2.2.1. O processo formativo na Pedagogia da Alternância

Para a UNEFAB (2017), na Pedagogia da Alternância a ação educativa não se resume a comunicação dos conhecimentos, a qual exige somente compreensão e memorização, pelo contrário, ela deve proporcionar a operacionalização de pesquisas e experimentações práticas que considerem a experiência do cotidiano a matéria-prima para uma aprendizagem dinâmica, contextualizada e interessante. Neste sentido, o conhecimento é construído a partir do próprio conhecimento empírico do meio rural.

A Pedagogia de Alternância acredita na experiência coletiva como elemento da verdadeira aprendizagem, uma aprendizagem crítica e dialética. É uma proposta que busca a socialização do saber, a valorização da cultura popular, bem como o diálogo para um aprofundamento científico e aprimoramento desses saberes em vista da transformação do meio (UNEFAB, 2017).

A organização do ensino no regime de alternância possui três momentos interpenetrados, ou seja, integrados, que conjugam um itinerário com um processo de aprendizagem como segue descrito abaixo:

QUADRO 02 – INTEGRAÇÃO DO TEMPO DA ALTERNÂNCIA NAS EFA'S

FASE	LOCAL	DESCRIÇÃO
Primeiro	Meio sócioprofissional	Familiar: É a convivência familiar e comunitária – experiência do trabalho. Observação – análise – descrição da realidade. Lógica do saber empírico;
Segundo	Na escola	Espaço Formal de Educação: É a Colocação em comum da reflexão de cada Alternante, a partir da pesquisa do Plano de Estudo. Problematização, formalização (apresentação dos conceitos, análises, aprofundamento e sistematização dos conhecimentos popular com os conhecimentos escolares). Lógica do saber teórico;
Terceiro	Meio sócioprofissional	Familiar: É retornando à família e ao trabalho o jovem fecha o ciclo do processo metodológico onde: - realiza experiências e aplicações dos estudos – confronta os saberes teóricos e práticos, faz novas interrogações e novas pesquisas – <i>Lógica do saber prático</i> .

Fonte: UNEFAB, 2017, adaptado SENA, 2017.

A alternância possibilita ao jovem comprometer-se, experimentar, avançar tecnicamente, responsabilizar-se, dialogar e inserir-se no campo com os adultos na busca de soluções de problemas e de melhoria da qualidade de vida. Existem alguns instrumentos que são utilizados na escola, a fim, de registrar e documentar as ações educativas prevista no tempo escola e no tempo comunidade.

QUADRO 03 – INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS DAS EFA’S

Instrumentos	Funções:	Observações:
Plano de Estudo	Constitui o principal instrumento metodológico na articulação autêntica entre: Família-Escola, conhecimentos empíricos e teóricos, trabalho e estudo. Através do Plano de Estudo as potencialidades da Alternância se valorizam, tornando-se em ato concreto de fonte de reflexão, problematização e interferência sobre a realidade. No final ou início de cada ano a EFA define os temas geradores para cada Alternância, ou seja, os Planos de Estudo a serem pesquisados em casa ou no meio. Alunos e familiares participam da elaboração dos temas. No final de cada sessão escolar os monitores aplicam o Plano de Estudo, isto é, motivam o tema e implicam os jovens na elaboração do roteiro da pesquisa. Este roteiro previamente avaliado e levado para a estadia em casa é orientado para que a pesquisa retorne com sucesso à escola.	Os temas possuem uma lógica com uma progressão que atende ao desenvolvimento físico e psíquico dos jovens, que aproxima da realidade do jovem, que motiva o interesse e contextualiza o aprendizado.
Caderno da Realidade	Acumula o registro de conhecimentos sobre a realidade. Nele o jovem registra todas as suas reflexões e estudos aprofundados. É o elemento que permite a sistematização racional da reflexão e ação provocadas pelo Plano de Estudo. “Lugar” onde ficam ordenadas as informações e experiências realizadas em casa e na escola.	Em nível didático o Caderno da Realidade representa: a) Tomada de consciência e uma particular percepção da vida cotidiana do jovem alternante; b) Desenvolvimento de formação geral, porque retrata a história da família, da propriedade onde trabalha, da Comunidade, das organizações, profissionais e de outros aspectos que compõem a estrutura familiar, social e profissional regional; c) Representa um elemento de orientação profissional porque as reflexões registradas são frutos dos trabalhos do jovem, da vida profissional e social da família.
Visitas às famílias	Aproximar a escola da família e comunidades, facilitar o conhecimento da realidade do aluno, criar condições para o estabelecimento do diálogo entre monitores e pais e entre pais e filhos, proporcionando discussões e	Atividade desenvolvida pelos monitores no meio familiar do aluno

	entendimento sobre as responsabilidades de cada um no processo educativo dos jovens; sobre questões técnicas e pedagógicas da escola, implicar mais os pais no acompanhamento do filho durante a estadia em casa, de forma que eles se tornem monitores durante este período de aprendizagem no meio e envolver mais os pais na vida da escola e na participação efetiva da Associação.	
Projeto Profissional	Onde ao iniciar seus estudos na EFA o jovem será orientado a construir o seu Projeto de vida. Será um meio do jovem concretizar as pesquisas dos Planos de Estudo, buscando conhecer melhor a realidade sócio-econômica, cultural, política e profissional regional. Começar a pensar no futuro como profissional.	O Projeto será um meio de buscar inserção no mundo do trabalho, ou seja, de implementar um empreendimento que gere emprego e renda para o jovem e sua família. Todos serão incentivados a construir o seu projeto de vida, mesmo aqueles que pretendem sair do campo para continuar seus estudos na cidade. Os alunos serão motivados para fazerem o ensino médio e profissional numa Escola Família que tenha este nível de formação. Para aqueles, cuja perspectiva é permanecer no campo e não continuar estudos o Projeto Profissional será uma alternativa de inserção profissional.
Caderno de acompanhamento ou da Alternância	É que é um meio de comunicação entre a escola e a família. Com ele a família se implica no processo, acompanhando e orientando seus filhos sobre o que fazer durante a estadia em casa; realização de um Plano de Estudo, um estágio, uma experiência, uma atividade retorno, uma pesquisa por matéria, etc.	A família se informa de tudo o que ocorreu na EFA, inclusive avaliação de convivência, habilidades práticas e aprendizagem. Por outro lado, o caderno de acompanhamento traz informações sobre a vida em casa e implica mais os alunos na realização de suas tarefas e atividades comunitárias. O caderno de acompanhamento é um instrumento de avaliação que substitui o boletim escolar e até o diário do professor.
Tutoria	Consiste no acompanhamento personalizado do aluno. Cada monitor/a acompanha um grupo de aluno.	Cada aluno/a tem oportunidade de um momento a individual com o/a Tutor para tratar dos demais instrumentos (Plano de Estudo, do Caderno da Realidade, da convivência em casa, na EFA).

Viagens e visitas de estudo (intercâmbio)	Oportuniza o acumulo e o registro de conhecimentos sobre a realidade.	Nestas experiências o/a jovem registra todas as suas reflexões e estudos aprofundados.
Estágio	Trata-se de atividades programadas, com duração de um, dois dias ou até uma semana em propriedades agrícolas, empresas, entidades sociais, órgãos de pesquisa, assistência, serviços etc.	Devem ser vinculados aos temas de Planos de Estudo, além, de ser programado no 2º e 3º períodos.
Avaliação	Trata-se do preenchimento de fichas de cada aluno, diários por matérias e por séries/ciclos.	Para tal procedimento será necessário criar critérios e técnicas para medir o nível de desenvolvimento através do processo de avaliação

Fonte: UNEFAB, 2017, adaptado SENA, 2017. (Citações)

Há também, as intervenções externas que consiste em palestras, cursos, seminários, entre outros eventos realizados a partir dos Planos de Estudo, através, da proposta de complementação aos temas previstos para a formação dos jovens. Para a realização destes momentos são convidados toda a comunidade, pois, tratam-se de eventos abertos para que possam participar como ouvintes e/ou contribuintes ao tema em discussão.

Outro fator merecedor de destaque é o cuidado quando nos referimos à construção dos instrumentos avaliativos, pois, ao mesmo tempo no qual estará avaliando os conhecimentos comuns (específicos das disciplinas), trata-se de avaliar também as atitudes práticas do cotidiano, comportamento e habilidades e para este processo cada jovem trará uma realidade diferente. Daí, faz-se necessário que cada aluno/a seja observado por série, isso porque, sendo a Pedagogia da Alternância uma pedagogia educacional personalizada, em cada período, cada aluno tem realidades, condições e culturas diferenciadas, as avaliações não podem ser um processo massificador.

Há alguns aspectos a que podem ajudar durante a avaliação como seguem descritos abaixo:

QUADRO 04 – Aspectos para avaliação tempo casa ou estadia.

Período em casa ou estadia		
a) Vivência / habilidade:		O comportamento, as relações sociais, relação com o meio ambiente, participação nos trabalhos da família e comunidade, a responsabilidade e o compromisso, capacidade de executar tarefas, de enfrentar os problemas e de se expressar.
b) Estudo da realidade:		Capacidade de observar, pesquisar e participar das práticas de trabalho, das técnicas, cultura, de organizações, a história, o ambiente físico, a economia, a administração. O monitor deve ajudar, orientar o aluno para que ele assuma uma postura de observar – interpretar – atuar. Os recursos para isso são variados: planos de estudo; folhas de

		observação; estágios; atividades de retorno; pesquisas; experiências em casa; trabalhos finais e visitas às famílias.
No Espaço Formal		
a)Vivência	e	Nos trabalhos e tarefas individuais e em grupos, no relacionamento, comportamento nos vários momentos e ambiente, no cumprimento das normas de grupo. Participação e compromisso, responsabilidade do estudo, capacidade de expressar-se e organizar-se. Valorização e inserção no meio rural, espírito de liderança.
habilidade:		
b)Conteúdo	das	Nas atividades de avaliação dos conteúdos das disciplinas os alunos devem demonstrar a relação destas com a realidade, aplicação prática e análise crítica. Meios: Através de apresentação de trabalhos escritos e orais, individualmente ou em grupos homogêneos; Debates para medir a capacidade individual de argumentação e fundamentação; Tarefas práticas por grupos homogêneos ou individualmente; Experiências; Provas com questão ou situações que fazem relação com a realidade; Preparação da prova com a participação dos alunos; Correção da prova com a participação do aluno.
disciplinas:		

Fonte: UNEFAB, 2017, adaptado SENA, 2017.

Para avaliar habilidade/convivência na Pedagogia da Alternância cada EFA pode recorrer à instrumentos de sua preferencia, porém, alguns são mais utilizados como segue a figura abaixo:

Figura 02 – Instrumentos para avaliar habilidade/ convivência na Alternância.

Avaliações das sessões	Visitas às famílias e reuniões de pais	Caderno de ocorrência	Observações dos monitores	Caderno de acompanhamento
------------------------	--	-----------------------	---------------------------	---------------------------

Fonte: UNEFAB, 2017, adaptado SENA, 2017.

Para chegar à qualificação de habilidade/convivência e às orientações necessárias para cada aluno, será necessária uma reunião de equipe no final de cada período avaliativo ou letivo. Quando estamos falando de período avaliativo tratamos de um período letivo como se fosse o bimestre na proposta convencional.

Contudo, a responsabilidade pelo conjunto desses agentes que exercem influência na linha de ação da Escola, amplia as possibilidades de a Escola e família estarem envolvidos e comprometidos ativamente. Nesse sentido, envolvendo os pais, alunos, famílias, orientadores de estágios, Conselho Administrativo e agricultores em geral, no processo avaliativo da escola.

2.2.2. As EFA's pautadas na Convivência com o Semiárido Brasileiro

Nas EFA's a educação do campo contextualizada utiliza a pedagogia da alternância como um processo de ensino-aprendizagem que acontece tanto na escola quanto no ambiente familiar, de maneira rotativa e cíclica, requerendo a intervenção do estudante em todo o processo no sentido de fazer as conexões entre os conhecimentos. O aluno será mais do que um espectador, como costumava ser no ensino tradicional, passando a ter um papel central como agente que pode resolver problemas e mudar a si mesmo e o mundo ao seu redor (SILVA, 2013).

Assim, podemos destacar que precisamos buscar ao nosso redor instrumentos e experiências que possam agregar valor ao processo de formação à profissionalização dos jovens rurais. Daí, podemos destacar a diversidade da Agricultura Familiar que apresenta-se como um conjunto das unidades produtivas agropecuárias com exploração em regime de economia

familiar, compreendendo aquelas atividades realizadas em pequenas e médias propriedades, com mão de obra da própria família. Contudo, em todas elas estão presentes três atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiar (ABRAMOVAY, 2004).

Neste sentido, podemos buscar nas próprias associações comunitárias e/ou produtivas, cooperativas ou unidades de produção familiar, experiências que venham a enriquecer as ações educativas formais das EFA's. Outro fator importante é a aproximação com as discussões e práticas do projeto político de desenvolvimento nos quais as EFA's estão territorialmente inseridas. Fazendo um recorte geográfico das EFA's no Semiárido Brasileiro, identificamos que a Bahia destaca-se em relação à quantidade de EFA's ativas como segue na tabela abaixo:

Tabela 01 – EFA's no Semiárido Brasileiro

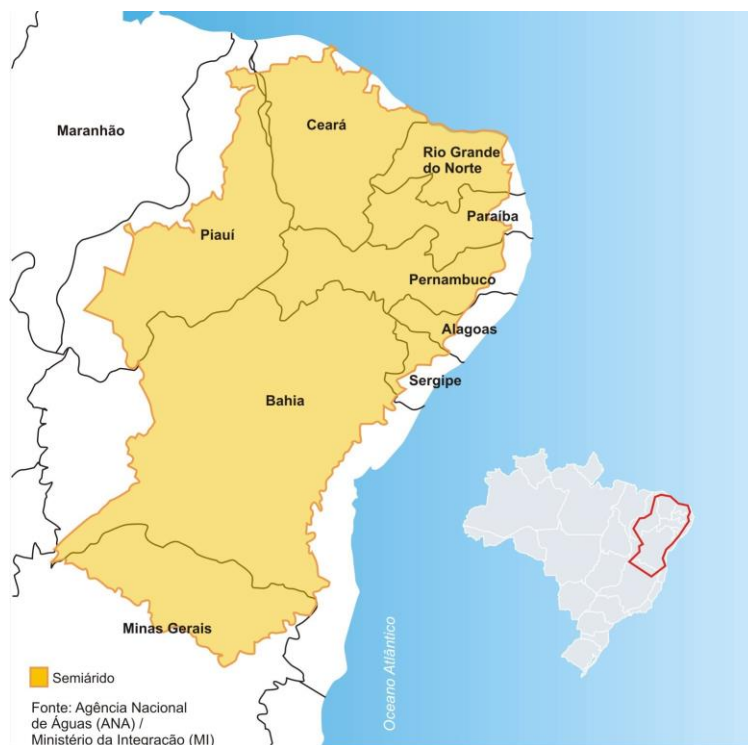
ESTADO	QTD EFA'S
Ceará	01
Rio Grande do Norte	00
Piauí	08
Paraíba	00
Alagoas	00
Pernambuco	00
Sergipe	01
Bahia	33
Minas Gerais	14

Fonte: UNEFAB, 2017 – Adaptado por SENA (2017).

A busca pelos conhecimentos sobre a educação contextualizada do campo, a qual contribui diretamente no desenvolvimento dos estudantes da EFAS e das comunidades dos mesmos implica também na percepção do território maior no qual estamos inseridos e quais as características deste

espaço e em cima deste diagnóstico pensar a construção do Plano de Estudo e do Profissional dos jovens que vivem no campo.

Figura 03 – Mapa do Semiárido Brasileiro



Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas. Acesso: 2017.

Assim, as EFA's representam um projeto de desenvolvimento local e os jovens que lá estudam retornam às suas comunidades com a proposta de contribuir com ações promotoras à melhoria da qualidade de vida nas comunidades e para as suas famílias e cientes do papel enquanto cidadão.

A Bahia, esta dividida em 27 (vinte e sete) territórios e nos situamos no Território Piemonte da Diamantina que é composto por 09 (nove) municípios (Serrolândia, Jacobina, Caém, Saúde, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouro-lândia, Umburanas e Várzea Nova) que infelizmente apesar de demandar escolas no campo e para o campo poucas ações são registradas. Durante as Conferências, PTDS. Os movimentos sociais vêm demandando a governo do Estado a criação de uma EFA sediada em um dos municípios que compõem este território, a fim, de oferecer oportunidades aos jovens de uma escola que

busque na própria história, cultura, produção e economia a construção dos saberes.

A EFA mais próxima fica situada no município de Quixabeira, denominada EFA Jaboticaba, e, por conta da distância e da ausência de recursos financeiros (por menor que seja a despesa), muitos jovens ficam de fora limitando suas ações e aprendizagem ao que é passado pelas escolas formais urbanas, já que muitas escolas do campo foram desativadas.

3. JUVENTUDE RURAL: FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

Iniciamos este capítulo destacando as mudanças que ocorreram no Brasil a partir dos processos de industrialização, urbanização e de reestruturação produtiva, os quais influenciaram as relações do campo com a cidade e o surgimento de novas dinâmicas no âmbito econômico, social, cultural e político, dando funcionalidades aos recortes espaciais/territoriais e suas práticas produtivas e ressignificando o cenário do trabalho no campo (HESPANHOL, 2013).

Hespanhol (2013) identifica a crescente deterioração das condições de vida nas cidades brasileiras, ou seja, a vulnerabilidade social, e a presença de novas atividades, funções, sujeitos e agentes sociais nos espaços rurais tem apontado para:

(...) uma revalorização do campo, não apenas como lugar de desenvolvimento das atividades agropecuárias, mas também como espaço para se viver e desenvolver outras atividades, emergindo novas ruralidades derivadas da presença de atividades não agrícolas, como o turismo, a prestação de serviços etc. (HESPANHOL, p. 104, 2013).

Conforme a autora, tais mudanças provocaram a emergência de novas perspectivas e enfoques de análise sobre as relações não apenas nas atividades econômicas, mas, nas relações entre campo/cidade no que se refere à outras dimensões e processos que promovam o desenvolvimento de cada recorte territorial, assim, como as relações podem complementar a geração de trabalho e renda, minimizando a vulnerabilidade social existente no campo atual.

Neste sentido, Liboni e Heloani (2016) explicam que a juventude como “uma das categorias mais vulneráveis às intempéries, tanto em nível mundial com o aumento do desemprego como no Brasil com trabalhos de baixa qualidade, precários, sem seguridade social” (LEBONI E HELOANI, p. 65, 2016). Segundo as autoras, se tratando de juventude rural a situação é ainda mais grave, contudo, algumas ações vêm acontecendo para tentar driblar a crise do emprego formal para a geração de trabalho e renda nos

empreendimentos rurais, como associações e cooperativas que exigem qualificações específicas tanto para gestão quanto para produção.

Castro (2008), nos traz a reflexão sobre o debate da conceituação da juventude para além de um recorte de população específica, a exemplo da delimitação de cronológica (15 a 29 anos), mas, sobretudo, a partir dos processos de interação social e as configurações em que está imersa. No que se refere ao jovem rural, o autor nos apresenta o fato da dessa juventude no Brasil ser constantemente associada ao problema da migração. Porém, a permanência dos jovens no meio rural envolve múltiplas questões, onde a categoria jovem é construída.

Tais atividades rurais que geram trabalho e renda não se limitam, apenas, as atividades agrícolas. A produção não-agrícola como o artesanato, o turismo de base comunitária, a agroindustrialização e as atividades culturais, acabam oferecendo novas oportunidades no cenário do campo, desde que recebam apoio e incentivos para implantação de unidades que contribuam para o fortalecimento das atividades produtivas.

Mesmo que a atuação dos jovens nos empreendimentos possa reconhece-los como sujeitos ativos, com novas identidades e possibilidades de permanência no campo, mas, ao proporcionar uma visão de futuro, de estabilidade e melhoria, o empreendimento é alvo de investimentos, tanto objetivo quanto subjetivo que em muitos casos a ausência dos recursos são responsáveis pelas fragilidades dos processos.

As mudanças do cenário atual do campo são resultado das lutas dos movimentos sociais do campo que buscam a consolidação de políticas públicas, a fim de assegurar à agricultura familiar. Tais conquistas provocam a organização dos jovens rurais enquanto atores políticos capazes de protagonizar mudanças qualitativas nas lutas pela busca de melhorias para qualidade de vida no campo (CASTRO, 2008).

Dessa forma, podemos dizer que a Juventude Rural está sendo convocada, pelos movimentos sociais, no Brasil, para identificar formas organizativas que reivindicam questões gerais, mas, também, questões

específicas referentes aos projetos de desenvolvimento de cada comunidade construídos pelas representações dos movimentos sociais da base, além, das formações para construção das identidades de lideranças dos jovens rurais (CASTRO, 2008).

Para Castro (2005), vale destacar a importância que ser jovem nos movimentos sociais também carrega limitações quanto a espaço de participação, quanto a possibilidade de ser ouvido, a dificuldade de poder se colocar em um espaço de decisão. Por outro lado, outras questões se colocam para esse ator político.

Tal categoria/identidade social (Jovens Rurais), surge de forma mais intensa e organizada nos anos 2000, porém, tais ações ainda são “tímidas”, pois, apesar de existir um movimento social para o levantamento de demandas, escutas para definições específicas às realidades de cada região não há uma política consolidada que contribua para a consolidação de propostas efetivas que atendam as demandas de fortalecimento da proposta de promover a permanência dos/das jovens rurais no campo (CASTRO, 2005).

Na Bahia, foi implantada em 2014 a Secretaria de Desenvolvimento Rural, que a nível de Estado entendeu a necessidade em priorizar os jovens rurais criando a Coordenação de Políticas para Juventude e realizou as Conferências Territoriais e Estadual para Juventude Rural e busca a transversalizações das políticas públicas já existentes e as previstas no orçamento do Estado para buscar a garantia de oferecer aos/as jovens oportunidades de trabalho no campo.

Apesar deste cenário de incentivos a situação da melhoria da qualidade de vida e oportunidades de trabalho no campo preocupam os jovens que enfrentam esse mundo rural em conflito, desigual, ainda tão distante do acesso de bens e serviços e um mundo rural distante de uma reforma agrária. Assim, é preciso buscar a construção de processos de engajamento e participação política na proposta de construção de ações políticas democráticas.

Nesse sentido, a Pedagogia da Alternância acredita que:

(...) na ação está o aprendizado, que através da reflexão proporcionada pelo ritmo da alternância requer do jovem um atuar reflexivo e crítico, implicando novas posturas comportamentais e atitudinais, tendo em vista que o modelo de educação proposto pela Pedagogia da Alternância implica ser o jovem o agente transformador de seu meio (UNEFAB, 2002).

Conforme a UNEFAB (2002), “a colocação em comum é o momento em que o jovem expõe a sua realidade, momento que permite ao jovem relativizar, confrontar sua experiência com as dos demais. É a tomada de consciência. ” É neste momento, portanto que a problematização é processada, ou seja, os problemas vividos pelas famílias são verificados de maneira concreta e estes realimentam o trabalho conjunto em suas disciplinas. Dessa forma, a didática torna-se um meio, uma prática ligada à vida e ao contexto histórico sócio-profissional dos/as alunos/as.

Isso acontece por que a prática da Alternância permite aos/as Jovens Rurais ‘mergulhar” na realidade e vivência, pois são estimulados pela pesquisa a buscar o retrato de sua realidade, e a partir da forma como realiza o seu trabalho passam a questionar a prática. Da observação empírica elabora-se um texto individual buscando analisar e refletir sobre a realidade (UNEFAB, 2002).

Ainda de acordo com a UNEFAB (2002), um dos momentos mais importantes do processo de ensino aprendizagem é o aprofundamento, o qual ocorre em espaços da EFA, através das aulas, palestras e cursos e em outros locais através das visitas, viagens de estudos, intervenções externas e estágios. De outro lado, uma parte diversificada integra um conjunto de disciplinas profissionalizantes que atendem à necessidade do agricultor, que interagindo com os conteúdos vivenciais levam o aluno à compreensão de sua realidade.

Os conteúdos das disciplinas são trabalhados a partir das necessidades provocadas pelos Planos de Estudo. Eles são importantes desde que sejam contextualizados. Nesse sentido a escola não se torna o aparelho repassador do saber acumulado e da cultura, mas um agente que interage continuamente com a realidade do jovem, investigando, buscando compreender os fenômenos de sua realidade profissional (UNEFAB, 2002).

Por fim, para que de fato haja compreensão de sua realidade pelo aluno/a, há a dinâmica da colocação em comum, a qual considera cada aluno/a sujeito/a informador/a e no retorno para casa este leva propostas de aplicação, experimentação e uma nova pesquisa.

3.1. A Profissionalização dos Jovens Rurais

Com o espaço rural cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola e é neste espaço que a nossa Juventude Rural percebe uma nova oportunidade de trabalho que pode diminuir as distâncias entre os espaços rurais e urbanos provocando a migração de retorno, a partir, da proposta de buscar nas dificuldades as oportunidades de fazer uma história diferente protagonizando uma mudança em suas comunidades.

O meio rural passa por transformações profundas seja nos processos, produtivos, relações sociais, políticas públicas e formas de ligação com o meio urbano. Vem surgindo estratégias de reprodução social das famílias do campo identificadas, principalmente, em tempos recentes envolvendo o meio urbano como parte deste processo.

Segundo Oliveira e Rios (2012), categorizar pessoas cronologicamente como jovens vem provocando uma série de questionamentos e resistências, afinal, a transitoriedade inerente às fases do ciclo vital não é o suficiente para definir quem pode ser considerado jovem ou não, afinal, essa categoria imprecisa, variável, construída socialmente. Antes de classificar a juventude por parâmetros universais, foi pensado nas possibilidades do próprio espaço desta pesquisa, e inicialmente percebe-se que se destaca como critério a busca pela preparação para inserir-se no mercado de trabalho e não ter constituído uma família.

Os/as jovens urbanos e rurais não podem mais permanecer em situação de invisibilidade decorrente dessa visão estereotipada que tem dificultado a compreensão da sua complexa inserção num mundo culturalmente globalizado (DURSTON, 1994.). Para este autor, “Pode-se dizer que a juventude dura desde o término da puberdade até a constituição do casal e de um lar autônomo” (DURSTON, p. 14-15, 1994). O que nos interessa aqui é justamente perceber como essa categoria, “irreduzível a uma definição estável e concreta”

(LEVI E SCHMITT, 1996), é afetada pelas mudanças e crises recentes do mundo rural e como essa realidade é reelaborada na formulação dos projetos individuais e familiares em contextos sociais e econômicos distintos.

Estudos sobre a organização social no campo referem-se ao jovem (conceito tradicional) apenas na condição de aprendiz de agricultor no interior dos processos de socialização e de divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, o que os tornam adultos precoces já que passam a ser enxergados unicamente através da ótica do trabalho (CARNEIRO, p.1, 1998)

Neste sentido, as escolas do campo precisam estar atentas para que não haja a reprodução de práticas formativas que limitam a potencialidade e atuação destes/as jovens e as EFA's se destacam pela possibilidade em alinhar a teoria da escola com a prática na propriedade familiar.

Carneiro (1998) explica que as condições concretas de realização importam menos que a formulação dos projetos em si mesmos, os quais são considerados pela autora como uma expressão mais imediata da maneira como os/as jovens se posicionam no mundo rural em transformação, quando se encontram diante das perspectivas que se abrem entre o campo e a cidade.

É na juventude que a responsabilidade para decidir seu futuro é cobrada de forma mais intensa para os/as jovens há uma oscilação entre o projeto de construir vidas mais individualizadas, o que se expressa no desejo de “melhorarem o padrão de vida”, de “serem algo na vida”, e o compromisso com a família, que se confunde também com o sentimento de pertencimento à localidade da origem.

“A gente saiu para buscar um estudo”. Esta é uma frase que marca as vidas de muitas pessoas, pois principalmente as famílias influenciavam bastante das decisões dos/das jovens rurais, prevalecendo a ideia que para “ser alguém” na vida estes jovens deveriam sair do campo não com o intuito de sair da terra, mas, para ter uma formação e posteriormente esses jovens se submetem a empregos pouco qualificados, mas que rendiam o suficiente para pagar os estudos, conquistando, assim, a autonomia almejada em relação aos pais.

De acordo com Alexandrino (2014), no contexto atual de padronização sociocultural e do modo de produção vigente, se questiona o espaço, o papel e o significado da juventude.

Assim, surgem diversas questões e preocupações frente à diversidade do meio rural e a construção de estratégias mais adequadas para que a juventude rural desenvolva suas potencialidades, frente ao impacto de novas tecnologias, de novos costumes, de novas concepções de mundo, sem desconsiderar sua história fortalecendo as identidades (ALEXANDRINO, p. 28, 2014).

Baseado nisso, se percebe a enorme capacidade de organização dos/as jovens trabalhadores e estudante rurais, a qual precisa ser estimulada como capital social com olhar sensível às realidades do campo, afinal, tratam-se de pessoas originadas das comunidades rurais. E ainda, sabemos das dificuldades naturais, a falta de acesso aos meios de produção, aos instrumentos necessários, ao financiamento, às políticas públicas, realidades podem ser superadas através de ações que capacitem e formem profissionalmente com ênfase no desenvolvimento local e na economia social, agregando a juventude na participação sociocomunitária, pois o/a jovem que estuda, trabalha e participa de um grupo social, constrói um projeto de vida, se percebendo como ator fundamental e estratégico para o seu desenvolvimento e o desenvolvimento da sua comunidade.

Há necessidade de reflexão sobre o cuidado necessário para que as futuras juventudes não se tornem engessadas, sem coragem e fé para contribuírem para processos de mudanças das comunidades de origem destes. Afinal, existem diversas possibilidades que o campo oferece para que os jovens possam atuar, planejar um futuro promissor, respeitando as particularidades locais.

Lutar e trabalhar para melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, a preocupação com a Educação em todos os espaços possíveis e a geração de trabalho e renda por um mundo mais justo e solidário é algo presente nas narrativas de muitos jovens rurais egressos de EFA's. O que ainda na juventude provocou inquietações suficientes para que o mesmo buscasse em outros espaços formações complementares para sua vida não se limitando apenas aos processos formativos das escolas formais.

Entende-se que esta não deve ser apenas uma busca pelas escolas do campo como também as escolas dos centros urbanos, afinal, o Semiárido não é apenas um território rural. Mas, neste momento tratando-se das EFA's, destaca-se, que se no período de imersão na escola os jovens do ensino profissionalizante do Ensino Médio, dedicam seus estudos às suas realidades, nesse intuito, estimula-se que estes jovens retornem às suas famílias e comunidades mais apropriados dos conteúdos tradicionais e consigam atuar de forma efetiva na construção do bem viver coletivo.

4. PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO

O percurso metodológico assumido por esta pesquisa inicia-se a partir da motivação de buscar os olhares e sentimentos dos egressos das Escolas Famílias Agrícolas sobre as contribuições da Pedagogia da Alternância para a profissionalização dos jovens rurais e quais as contribuições que poderíamos construir colaborativamente para o fortalecimento desta. Dessa forma, identificamos como objeto da pesquisa: a profissionalização dos Jovens Rurais.

A partir disso, depreendeu-se o objetivo do estudo: compreender como alunos egressos das EFA's percebem a contribuição da Pedagogia da Alternância no processo de profissionalização de jovens do campo.

Um dia questionada sobre quais as contribuições que a “Assistência Técnica Rural” poderia dar à Educação do Campo, neste caso, em especial à EFA, fortaleceu a proposta pela busca em tornar esta pesquisa de cunho científico, saindo da esfera de provocações e inquietações entre os envolvidos no lócus da proposta de pesquisa.

Para Chizzotti (2001), a pesquisa apresenta cunho científico quando:

(...) caracteriza-se pelo esforço sistêmico de – usar critérios claros, explícitos e estruturados, com teorias, métodos e linguagem adequada (...), explicar ou compreender os dados encontrados e, eventualmente, orientar a natureza ou as atividades humanas (CHIZZOTTI, p. 20, 2010).

Com o intuito de sistematizar os procedimentos estudando e compreendendo, bem como propor ações que complementem a profissionalização dos jovens rurais estudantes das EFA's e possíveis caminhos para o problema pesquisado. Assim, Severino (2007) afirma que a pesquisa científica, ou a ciência, é o enlace da teoria com os dados empíricos.

Para Bogdan e Biklen (1994), a ciência interessa-se por explicar tudo o que acontece na e com a vida, a matéria, a energia e as relações entre fatos, utilizando-se de métodos, instrumentos, técnicas. O pensamento dos autores mostra que, a partir de uma dúvida, pode-se buscar um caminho para compreendê-la ou questioná-la. “Ciência é o conjunto de informações descritivas, explicativas e preditivas da realidade; é sempre uma construção

mental sobre a realidade, como observação da experiência” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 45).

4.1. O caminho a caminhar – O método

O pensamento dos autores nos remete a ideia de que as construções das dúvidas acontecem a partir da experiência e da visão de realidade dos indivíduos. No caso desta pesquisa podemos afirmar que problemas, as questões de pesquisa, foram retirados do dia a dia, numa tentativa apropriada de resolver questões, propor novos métodos, instrumentos, técnicas e melhorar a realidade, ou seja, falar de conhecimento construído pelo processo de pesquisa é discorrer sobre um “conhecimento vinculado a critérios de escolha e interpretações de dados, qualquer que seja a natureza destes dados” (GATTI, 2012, p. 10).

Podemos dizer que processualmente a investigação ocorreu na definição da abordagem, método, tipo de pesquisa, definição dos instrumentos, análises dos dados, afim, de revelar aspectos da visão de mundo, a preocupação com o referencial teórico, a relação de quem investigou com a realidade, a lógica da pesquisa empreendida.

Dessa forma, Ghedin e Franco (2008) trazem a ideia de que a pesquisa científica não é apenas a descrição ou levantamentos de fatos, mas, acima de tudo, um processo interpretativo, onde “a investigação é uma forma de ação que procura tornar visível o invisível, fazendo perceber o que não se percebe e ver o que normalmente não se vê” (GHEDIN E FRANCO, p. 78, 2008).

Diante do exposto, faz-se necessário apresentar que para construção desta pesquisa fizemos a escolha epistemológica que nortearam as opções metodológicas, já que em toda forma de investigação existe um enfoque epistemológico dando-lhe fundamento, e que todo paradigma epistemológico. A abordagem utilizada foi a Dialética como perspectiva de pesquisa, afinal, o ponto de partida para o método dialético na pesquisa é a análise crítica do objeto a ser pesquisado, o que significa encontrar as determinações que o fazem ser o que é. Tais determinações têm que ser tomadas pelas suas relações, pois a compreensão do objeto deverá contar com a totalidade do

processo, na linha da intencionalidade do estudo, que é estabelecer as bases teóricas para a sua transformação.

Contextualizar o problema de pesquisa é uma das características do método dialético que nos provoca algumas reflexões como: Quem faz a pesquisa? Quando? Onde? Para que? Estas questões nos deram bases para construir a pesquisa mediante as suas respostas. Podemos dizer que não buscamos subjetivismos, mas historicidade, uma vez que a ação do sujeito e objeto na Dialética vêm a cumprir-se pela ação de pensar.

Buscamos no Método Dialético realizar a abordagem investigativa, afinal, propõe tratar questões estruturais com um modo peculiar de “ver” que não é contemplado nas abordagens empíricas. O ponto de partida para o método dialético na pesquisa é a análise crítica do objeto a ser pesquisado, o que significa encontrar as determinações que o fazem ser o que é, como apresentado no quadro abaixo.

Figura 04 – Quadro Abordagens, Métodos e Procedimentos da Pesquisa.

ABORDAGENS, MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA¹

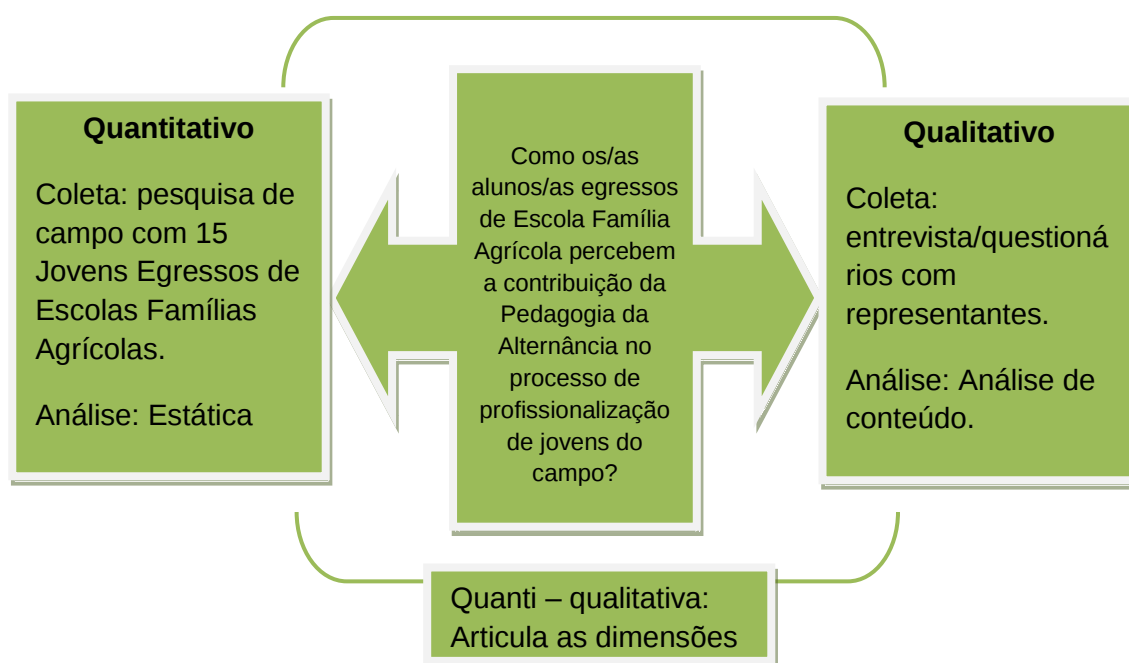
ABORDAGEM (GHEDIN; FRANCO, 2008)	MÉTODO (SPOSIT O, 2004)	TIPOS DE PESQUISA	PROCEDIMENTOS (GAMBOA apud SPOSITO, 2004)	PRESSUPOSTOS
Dialética ou modelo dialético (qualitativo- quantitativo)	Dialético	Pesquisa participante;	Técnicas não quantitativas; Técnicas de observação participante, trabalho de campo; Técnicas de análise de conteúdo, histórias e análise do discurso, triangulação, mapas de associação de ideias; Instrumentos: entrevistas, questionários, anotações de campo, diário de campo, gravações de vídeos.	- procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar à verdade, fruto da razão. - Triade: tese, antítese e síntese - A relação entre sujeito e objeto se dá de forma contraditória não ocorrendo a "soberania" de nenhum deles (Sujeito <...> Objeto) - caracterizam-se por serem críticos da realidade por sua concretude e pelo fato de mostrarem as contradições existentes no objeto pesquisado. Referência: SPOSITO, E. S. O método científico. <i>In</i> : _____. Geografia e filosofia . São Paulo: UNESP, 2004. P. 25-65.

¹ Quadro sinótico elaborado pelas mestrandas Jesiâne Lopes da Silva, Lara Micia Almeida Mascarenhas Sena e Silvimar Araújo Lopes, em atendimento a solicitação da professora Dra. Luzineide Dourado Carvalho como atividade do componente curricular Trabalho Orientado I, Programa de Pós-graduação em Educação e Diversidade, UNEB, DCH IV.

Fonte: SILVA, SENA, LOPES (2016).

Após a definição epistemológica, este estudo configurou-se como uma pesquisa quanti-qualitativa que possibilitou o entendimento como segue descrito na imagem abaixo:

Figura 05 – Configuração Quanti-qualitativa da pesquisa.



Fonte: SENA, 2017.

Faz-se necessário estabelecer uma interação entre as variáveis, bem como compreender e analisar as interações estabelecidas por grupos sociais como forma de contribuir para a criação de mecanismos de mudanças de determinado grupo e, com isso, possibilita o entendimento das particularidades de comportamentos dos indivíduos.

Segundo Richardson (1999), o método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumento estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende enumerar ou medir unidades categorias homogêneas.

Na construção de um estudo com a pesquisa qualitativa a coleta dos dados não é baseada na quantificação, ela analisa e descreve o fenômeno em sua forma

complexa e a pesquisa quantitativa emprega a quantificação na coleta dos dados e no tratamento deles, por dados estatísticos. Assim, o quanti-qualitativa ela faz uma articulação entre as duas dimensões para apresentar o resultado da pesquisa fortalecendo a identificação de cunho científico da mesma.

Por isso, a pesquisadora procurou entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situe a interpretação dos dados apresentados durante a sistematização dos questionários aplicados.

Neste estudo a análise dos dados perpassará a concepção de um amplo foco, elucida o fenômeno, traduz o seu sentido valorizando o processo, o contexto e sua compreensão. No entanto, para obter evidências, é preciso desfazer-se de preconceitos e tornar visível aquilo que se mostra pelo próprio modo como se mostra, ou seja, revelar a essência, pois ser humano pautada em relações relacionadas para o entendimento do objeto estudado. Neste caso, a profissionalização dos jovens rurais e as contribuições da Pedagogia da Alternância neste processo.

Assim, trazemos a Pesquisa participante como parte da construção deste estudo, afinal, foi preciso reconhecer que o problema a ser conhecido para ser solucionado tem origem na própria comunidade e a finalidade da Pesquisa Participante é a mudança das estruturas com vistas à melhoria de vida dos indivíduos envolvidos (DEMO *in* BRANDÃO, 1994; MINAYO, 1994; FALS BORDA *in* BRANDÃO, 1988). Neste caso, a pesquisadora é aquela que teve formação especializada, mas também se estende aos indivíduos do grupo que participa da construção do conhecimento, tendo como princípio filosófico a conscientização do grupo de suas habilidades e recursos disponíveis.

Baseado nisso, acreditamos que a pesquisa precisa ser pensada a partir das necessidades emergentes das comunidades, uma questão primeira que se coloca é a necessidade de exploração, ou seja, investigar na comunidade onde se pretende praticar a pesquisa um problema a ser solucionado. E assim, buscamos na COFASPI, os olhares dos egressos da EFA's delimitando o espaço a ser investigado. Em seguida, estabelece-se uma aproximação com os indivíduos da

área selecionada. Este contato é fundamental e serve para estabelecer uma situação de troca. O grupo a ser estudado precisa ser esclarecido sobre aquilo a que se propõe a pesquisa para construir um jogo colaborativo (MINAYO, 1994).

Pelas razões expostas, optarmos pela Pesquisa Participante que nos permitirá utilizar instrumentos para a construção da pesquisa no momento da pesquisa de campo e assim sendo definimos a utilização de questionário semiestruturado, revisão bibliográfica, reuniões com a COFASPI e os egressos e filmagens.

Segundo Le Boterf (1999), as principais fases da pesquisa participante são: 1) A discussão do projeto de pesquisa com a população e seus representantes; 2) Definição dos pressupostos teóricos e elaboração de cronograma de operações a serem realizadas; 3) Diferenciação das necessidades e os problemas da população estruturada segundo as categorias ou as classes sociais e seleção da população que se pretende intervir, coletando informações mais socioeconômicas e técnicas; 4) Difusão e análise dos resultados com os envolvidos; 5) Constituição de grupos de estudo para análise crítica dos problemas considerados prioritários que os participantes desejam estudar; 6) Apresentação de uma programação e aplicação de um plano de ação, com atividades educacionais com vistas a encontrar soluções para os problemas percebidos.

Contudo, apresentaremos na sequência a caracterização do lócus e, o campo e os instrumentos de construção da pesquisa e a Proposta de Intervenção: Proposta para formação complementar à profissionalização dos jovens rurais.

4.2. Caracterização do Lócus

A história da COFASPI iniciou-se com a criação da Cooperativa de Crédito Rural do Piemonte – Sicoob Credimonte fundada no ano de 2003, com a proposta de ser um instrumento capaz de contribuir para o Desenvolvimento Local Sustentável, fomentar a Agricultura Familiar, promover a cidadania aos agricultores e agricultoras, visando a ampliação do Cooperativismo com foco à população de baixa renda, fortalecendo principalmente o aspecto “socioeconômico” das comunidades rurais.

Os integrantes da Cooperativa, em debate com as comunidades rurais, diante do visível distanciamento dos serviços de Assistência Técnica prestado pelo Estado à realidade dos agricultores familiares e pelo modelo de agricultura desenvolvida na região, deram início a uma série de ações para tratar destas questões e oferecer uma assistência técnica pautada no debate da sustentabilidade, fortalecimento das organizações comunitárias, potencializando o protagonismo dos envolvidos e valorização do saber popular.

Assim, a COFASPI foi constituída em Assembleia Geral em 24/05/2003, como uma Cooperativa de responsabilidade limitada, sociedade de pessoas, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita à falência, e tem como missão, proporcionar aos agricultores e agricultoras familiares, assessoria técnica em suas atividades agropecuárias, com a finalidade de promover uma agricultura economicamente viável, ecologicamente equilibrada, socialmente justa e culturalmente adaptada, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável, sendo priorizadas as experiências agroecológicas e/ou orgânicas com base nos princípios do associativismo e economia solidária historicamente praticada pelos agricultores/as familiares da região.

Neste sentido, há 14 anos a COFASPI tem atuado na região, com ações de assessoria e assistência técnica em comunhão com o desenvolvimento territorial rural sustentável, contribuído para a melhoria de vida, sobretudo de homens e mulheres empobrecidas do campo, principalmente nas seguintes linhas de ação:

- 1- Cooperativismo/Associativismo;
- 2- Convivência com o semiárido;
- 3- Manejo ecológico de sistemas produtivos;
- 4- Acesso a mercados – comércio justo e solidário.
- 5- Segurança Alimentar e Nutricional;
- 6- Desenvolvimento Territorial;
- 7- Agroecologia;

8- Fomento ao Turismo de Base Comunitária.

Metodologias dinâmicas, participativas e democráticas, foram adotadas de forma a valorizar o saber popular, fortalecendo as experiências dos/as agricultores/as tal como o protagonismo dos mesmos em suas relações e nos espaços comunitários (associações, assentamentos, igrejas, grupos de jovens, comunidades eclesiais de base, entre outras).

Neste sentido, contamos com parceiros que de forma articulada e a partir de atuações em redes colaborativas e solidárias tem possibilitado ampliação da quantidade e melhoria da qualidade das ações desenvolvidas se tornando uma referência no Território Piemonte da Diamantina como segue na tabela abaixo:

Tabela 02 – Parceiros da COFASPI

Parceiros COFASPI	
ASA	Articulação do Semiárido
MOC	Movimento de Organização Comunitária
Cáritas Brasileira	Cáritas Brasileira Ne3
ASCOOB	Cooperativa de Crédito
REPARTE	Rede Parceiros da Terra
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
CODETER TPID	Colegiado Territorial Piemonte da Diamantina
CET	Coordenação Estadual dos Territórios
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
SEAGRI/SUAF	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura/ Superintendência da Agricultura Familiar
SETRE/SESOL	Secretaria de Trabalho, Renda, Esportes e Lazer/ Superintendência de Economia Solidária.

Fonte: SENA, 2017.

Além, de busca uma atuação em rede na busca de fazer cumprir os objetivos para os quais foi criada, a COFASPI tem atuado no território como um instrumento que apoia e busca promover visibilidade às ações dos/as agricultores/as com assistência técnica de qualidade, buscando fortalecer o

trabalho coletivo, a economia solidária e a agricultura Familiar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos/as camponeses/as visando inclusive a redução do êxodo rural.

Afinal, seu raio de atuação não se limita apenas ao território Piemonte da Diamantina, mas também em municípios da Bacia do Jacuípe e Piemonte Norte do Itapicuru todos situados no polígono da seca no Semiárido Baiano, o Território Piemonte da Diamantina possui grande potencial cultural, paisagístico e ambiental que tem colocado o território em destaque nacional com suas belas cachoeiras, serras, rios e nascentes.

Em meio a este potencial, experiências de convivência com o semiárido, economia solidária, cultura popular, agroecologia e segurança alimentar praticado por agricultores/as, tem transformado a vida de centenas de pessoas empobrecidas do campo, moradores/as destes municípios, possibilitando melhoria da renda familiar, segurança e soberania alimentar, além da preservação ambiental numa lógica de produção pautada na sustentabilidade com ênfase na agroecologia.

As tecnologias de captação de água da chuva para produção de alimentos tem fortalecido a possibilidade de um sertão melhor, mais justo e, sobretudo sustentável. A produção de alimentos a partir destas tecnologias, tem inclusive possibilitado o processo inverso ao êxodo rural. Em alguns municípios já é possível encontrarmos agricultores/as que migraram da cidade de volta ao campo, seu lugar de origem, para de lá tirar o sustento da família.

4.3. Instrumentos de Pesquisa

Na pesquisa participante faz-se necessário que haja interação entre pesquisadores e membros da situação investigada, afinal, os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, entre outros.

Primeiramente, fizemos reuniões com os representantes da COFASPI para apresentação da proposta da pesquisa e aproximação da realidade deles. Em seguida, aplicamos questionários aos 15 (quinze) egressos com o objetivo de coletar dados constituídos por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito.

Durante a elaboração dos instrumentos e coleta de dados para o estudo buscamos nos aproximar ainda mais sobre o assunto em discussão, ter cuidados na seleção das questões para que não ocorresse fuga do tema, questões objetivas, codificadas para facilitar a tabulação, Indicação da entidade organizadora, acompanhado por instruções e boa apresentação estética.

Assim, conseguimos obter informações que consiste em traduzir os objetivos da pesquisa em perguntas claras e objetivas, através, do questionário semiestruturada, que são perguntas fechadas mas que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto, o que nos deu base para a construção da proposta de intervenção.

4.4. Proposta de Intervenção: Plano complementar à profissionalização dos jovens rurais

O estudo buscou criar um corpo de conhecimento sobre um aspecto específico do campo da educação básica mais precisamente no Ensino Médio no Campo e Profissionalizante, onde investigamos para entender como a prática da Pedagogia da Alternância contribui para um processo formativo dos/as jovens rurais para que os mesmos possam intervir pela melhoria da qualidade de vida das famílias e comunidades.

Levando em consideração o contexto de investigação, Gatti (2012) esclarece que na construção da pesquisa em educação não buscamos qualquer conhecimento, mas um conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que observamos.

Dessa forma, a população engajada na pesquisa participante simultaneamente aumenta o seu entendimento e conhecimento de uma situação particular, bem como para uma ação de mudança em seu benefício. Pois, é iniciada na realidade concreta que os participantes pretendem mudar, gira em torno de um problema existente e o envolvimento da população é essencial, a qual participa de todas as etapas da pesquisa: proposta, coleta de dados, análise, planejamento e intervenção na realidade.

Dessa forma, acreditamos que foi e continuará sendo possível promover reflexões acerca da atividade que nos permitirá perceber a concepção da

Pedagogia da Alternância, do protagonismo da juventude rural, da importância de se ter e trabalhar por um currículo que valorize a realidade onde a escola está inserida.

Por fim, faz-se importante ressaltar que ao operacionalizar sistematicamente a construção e análise dos dados levantados conseguimos elaborar uma análise de conteúdo sistemático que favoreceu a articulação entre os pressupostos teóricos do estudo e os dados que emergiram do campo empírico, através, da construção do Plano Complementar para a profissionalização de Jovens Rurais nas Escolas Famílias Agrícolas.

Tal proposta se concretiza no formato de produto articulado à pesquisa de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade, intitulada **A PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS RURAIS NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLAS** – que propõe a realização de oito atividades formativas, afim, de promover uma interação entre o espaço de formação entre EFA e a COFASPI – Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar e Sustentável do Piemonte que juntas poderão contribuir para o fortalecimento dos princípios da EFA e da atuação enquanto profissionais conscientes de seus papéis na sociedade em prol do desenvolvimento social, sustentável e de uma visão democrática e plural de educação, que permita aproximar a realidade de cada aluno e seus espaços de origem com o espaço escolar e profissional.

Assim, enquanto cooperada da COFASPI percebi que para construir uma proposta de formação com o objetivo de acrescentar à profissionalização destes jovens fez necessário perceber os olhares dos egressos sobre o processo de formação e as dificuldades encontradas nos espaços de trabalho o que nos permitiu coletivamente (Grupo de Trabalho da COFASPI), propor a construção desta proposta. Dessa forma, cada etapa era construída era apresentada ao GT de Educação do Campo da entidade para avaliação e validação da proposta.

Temas como: Associativismo x Cooperativismo; Políticas Públicas (Economia Solidária e Agricultura Familiar); Redes Colaborativas e Solidárias; Comércio Justo e Solidário; Educação Contextualizada; Assistência Técnica x

Extensionismo Rural; Metodologias Participativas e Território e Convivência com o Semiárido serão trabalhados e discutidos nesta proposta formativa, nos quais agregaremos os valores dos conceitos da diversidade, justiça social, trabalho e profissionalização transversalizados aos temas propostos. Este processo de formação complementar trará para sala de aula reflexões e discussões que na alternância os/as alunos/as poderão ter estímulos e conteúdo para desenvolver atividades de intervenções nas propriedades familiares, assim como nas Associações e/ ou Cooperativas de suas comunidades.

Neste sentido, articula-se os pressupostos de uma formação complementar, pautada no tripé, ação-reflexão-ação ou prática- teoria-prática, dos quais foram considerados, problematizados, refletidos e sistematizados os olhares e as propostas dos Egressos da EFA Jaboticaba sobre os aspectos da empregabilidade/ trabalho, continuidade dos estudos e perfil dos entrevistados, além, do Grupo de Trabalho sobre Educação do Campo da COFASPI e representantes da EFA.

Afinal, faz-se importante considerar que as construções dos processos formativos são enriquecidas quando as diversidades, os contextos sociais, culturais, valores e as subjetividades das comunidades que somados ao conhecimento científico passam a oferecer aos envolvidos a oportunidade de vivenciar uma dinâmica no processo de ensino/ aprendizagem que contribua para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, comunidade e escola.

Contudo, sinalizamos que tal proposta trata-se da primeira versão, por entendermos que este plano é um grande desafio, afinal, trataremos da diversidade do campo percebida pelos Jovens Egressos das EFA's e as contribuições das escolas para os processos formativos dos jovens rurais.

Porém, o sentimento e a necessidade de construirmos um mundo melhor na busca do bem viver das comunidades do campo nos faz acreditar que coletivamente e colaborativamente podemos continuar na luta por espaços de construção e fortalecimento de uma educação acessível a todos e todas.

5. ACHADOS DA PESQUISA

Em atendimento às exigências do programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional a que essa pesquisa se insere, pretende-se organizar de forma colaborativa uma proposta de intervenção que gira em torno da proposta de Elaboração de um Plano Propositivo para complementação da profissionalização de jovens rurais das Escolas Famílias Agrícolas. Esta proposta será resultado da experiência de estudo promovido através das entrevistas e realização do Diálogo com a Juventude Rural onde escutaremos tanto os/as professores/as, monitores/as, alunos/as e egressos.

Tal Plano traz como objetivo geral a promoção uma ação de formação transversalizada que contribua para que os estudantes enriqueçam os saberes – fazeres – reflexões sobre temas e práticas importantes à profissionalização dos jovens rurais estudantes das EFA's.

Além disso, vem propondo a criação de espaços de discussão e aproximação entre a Escola, comunidade e os espaços de trabalho, assim como que a proposta apresente ações à formação dos jovens rurais que atendam a Proposta Pedagógica da Escola e a diversidade das comunidades rurais aproximando assim os estudantes das práticas de trabalho e dos fundamentos da profissionalização propostos pela EFA.

Ainda, como proposta de intervenção todo material produzido poderá ser encaminhado às duas Redes das EFA's do Estado da Bahia na tentativa de agregar valores às práticas educativas realizadas nas EFA's e nas instituições que agregam estes profissionais.

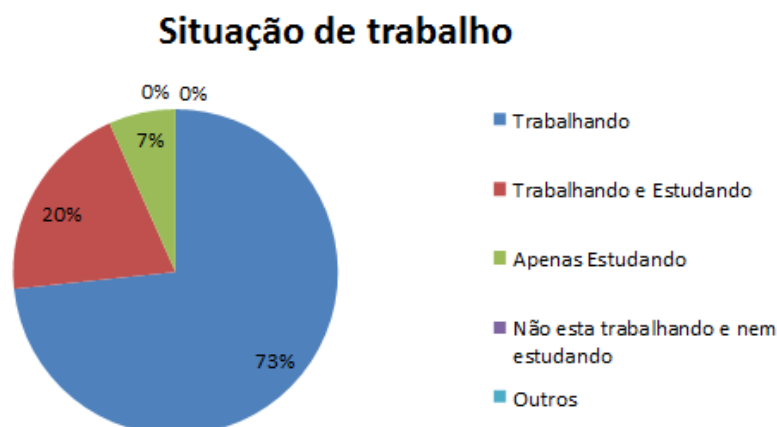
Identificamos a importância e necessidade de promoção do diálogo entre a extensão rural e a educação do campo para a construção e/ou enriquecimento dos processos educativos nas Escolas Família Agrícolas com o foco na profissionalização dos/as jovens rurais será uma busca continua proveniente desta pesquisa investigativa que com a elaboração do “Plano Complementar a Profissionalização dos Jovens Rurais” não será apenas uma ação pontual e sim uma proposta de atuação política, cultural e social destes jovens na busca de uma educação mais próxima de suas realidades.

Contudo, movidos pelo aprendizado poderão buscar promover mudanças positivas aos princípios da EFA de forma contínua e contribuindo para o desenvolvimento das comunidades, através, de iniciativas, comprometimento e determinação. Na busca pela melhora da qualidade de vida no campo acredita-se que na superação das dificuldades existentes, uma vez que estes jovens propõem junto com a pesquisadora demandas que contemplem os resultados almejados pelos/as jovens rurais, a partir da aplicação dos questionários.

No decorrer da pesquisa encontramos diversas situações do ciclo familiar, da escola assim, como das vivências das comunidades nas quais estão inseridos apresentadas pelos entrevistados (perfil dos entrevistados: Jovens Egressos das EFA's com idade entre 23 a 30 anos. Sendo, 6 (seis) mulheres e 9 (nove) homens). Muitas das situações apresentadas justificam os discursos e escolhas apresentadas como segue a seguir. Ainda, identificamos que em alguns gráficos quando não aparece as cores das categorias significa que a opção pela resposta não foi escolhida por nenhum/ a dos/as entrevistados/as.

No primeiro momento fizemos um levantamento sobre a questão do TRABALHO/EMPREGABILIDADE e a situação são vulneráveis de acordo as prioridades e as condições financeiras em que os jovens se encontram, afinal, atualmente 73% dos jovens entrevistados estão trabalhando, 20% conseguem conciliar trabalho com estudos e 7% apenas estuda. De acordo com os entrevistados dentre os 20% que conciliam estudo com trabalham almejam colocações profissionais superiores as quais estão hoje e o acesso a universidade se deu via programas de acesso/ financiamento (principalmente PRONERA e FIES) que estão ameaçados pelo atual governo federal como segue no gráfico abaixo.

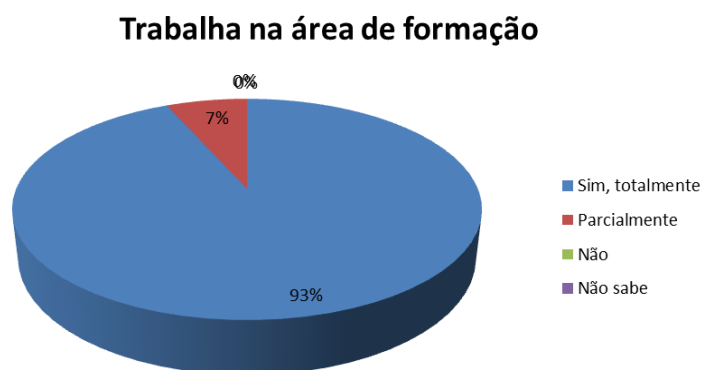
Figura 06 – Situação do Trabalho para Egressos das EFA's



Fonte: Sena, 2017

Outro desafio para estes foi à busca por atuar profissionalmente nas áreas de formação técnica de cada um. Um espaço que acaba atraindo os jovens rurais é a área de assistência técnica, extensão rural e/ou projetos de implantação de tecnologias sociais (como a implantação de cisternas, os projetos de transição da agricultura com agrotóxico para agroecológica, programas de agroindustrialização da produção oriunda da agricultura familiar, acesso as políticas institucionais de acesso a mercados PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar e a rede varejista) que são convênios ou contratos firmados pelos governos federais ou estaduais com as cooperativas de trabalhos ou ONG's para operacionalização dos recursos, projetos e programas.

Figura 07 – Egressos das EFA's que trabalham na área de formação.



Fonte: SENA, 2017.

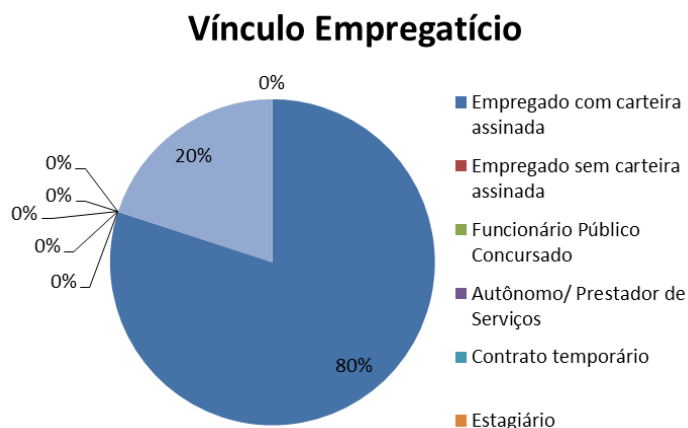
Diante disso, felizmente 93% dos entrevistados atuam na área em que se formou no curso técnico e apenas 7% atua parcialmente o que provocam neles reconhecimento pela profissão escolhida, assim, 13% dos entrevistados se sentem muito satisfeitos em relação a remuneração recebida e 87% se sentem satisfeitos e ainda 79% dos entrevistados avaliam que a remuneração em relação a MÉDIA do mercado está acima da base. 14% sinalizaram que está abaixo e 7% diz que está na média.

Mas, muitos ainda relataram que a realidade positiva deles não é a mesma para alguns colegas que acabam indo trabalhar como funcionários de fazendas, latifúndios ou mesmo indo atuar em comércios nos seus municípios. Dessa forma, eles avaliam que como as cooperativas e ONG's não possuem projetos suficientes acabam que não conseguem atender as demandas das EFA's para oferecer aos jovens profissionais formados por estas escolas.

Ao mesmo tempo que, percebem que por atuarem em cooperativas há uma necessidade que vai além dos trabalhos para quais foram contratados, afinal, não se reconhecem como empregados/as e sim como cooperados partes importantes para a sustentabilidade da instituição.

Assim, a maioria dos jovens entrevistados acabam trabalhando de 40 a 44h horas semanais, já 20% acima de 44h, 7% de 30 a 39h e 6% de 20 a 30h. Esta mensuração se deu, pois, os entrevistados somaram a carga horária trabalhada na entidade com a carga horária trabalhada nas suas propriedades familiares. Faz-se importante ressaltar que 80% dos entrevistados estão trabalhando de carteira assinada e apenas 20% atua através de contratos temporários.

Figura 08 – Vínculo Empregatício dos Egressos das EFA's



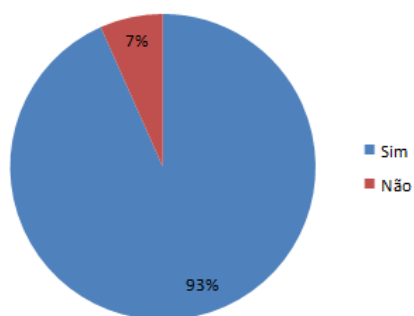
Fonte: SENA, 2017.

Podemos perceber que apesar de estarem atuando profissionalmente com a carteira assinada muitos dos jovens acabam investindo nas propriedades familiares para complementação da renda e em alguns casos para aumento da propriedade rural. É importante destacar que as contratações destes jovens para a função de técnicos de campo são para prestarem Assistência Técnica e demais serviços para as famílias da Agricultura Familiar.

Outra realidade trazida durante a pesquisa é que 93% dos jovens já trabalhavam antes de iniciar o seu curso técnico e apenas 7% não. Isso nos permite refletir que desde muito tempo apesar de bastante jovens, pois quando entram pra cursar o nível médio em uma EFA estão por volta dos 15 ou 16 anos eles precisam mesmo que nas propriedades familiares ajudar e durante aos finais de semana saírem para comercialização nas feiras-livres ou mesmo em mercados tradicionais.

Figura 09 – Egressos das EFA's que trabalhavam antes de estudar.

Trabalhava antes de Estudar



Fonte: SENA, 2017.

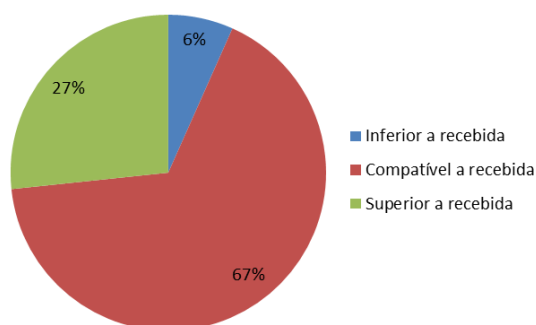
Ainda sobre a questão do trabalho e da empregabilidade, percebemos que 35% dos entrevistados trabalham na área técnica em que formou entre 2 a 5 anos, já 35% atua por mais de 5 anos, 18% atua de 1 a 2 anos e 12% atua há menos de 1 ano. Estes dados nos mostram que independente do tempo de formação a cooperativa contrata pela disposição para aprender e atua de forma complementar a profissionalização destes jovens que ao longo das execuções dos projetos realizam uma série de oficinas, intercâmbios e atividades de fins educativos para deixa-los mais seguros nas suas atuações profissionais.

Estes jovens atuam em sua maioria na área técnica chegando a 91% e já 9% atua na área gerencial e durante a pesquisa podemos perceber principalmente com os que tem menos tempo de conclusão de curso que se tiverem a oportunidade de optar por um trabalho voltado para o produtivo, ao invés, de administrativo eles optam pelo primeiro, pois, se sentem mais seguros com o trabalho de campo do que com o administrativo e por isso sugeriram que as EFA's possam apresentar mais atividades administrativas nas suas ações educativas.

Assim, a pesquisa nos apresenta que os espaços de trabalho exigem capacitação profissional que foi avaliada pelos entrevistados como 6% foi inferior a recebida, 67% foi compatível e 27% foi superior como mostra o gráfico abaixo.

Figura 10 – Exigência da Capacitação Profissional dos Egressos das EFA's

Exigência da Capacitação Profissional

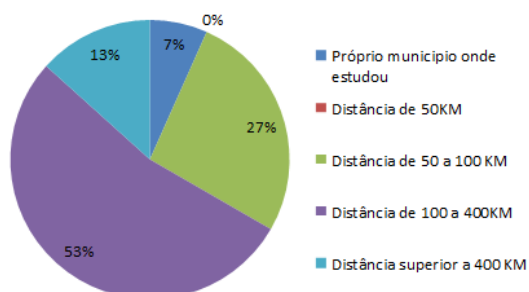


Fonte: SENA, 2017.

Como o raio de atuação dos projetos geralmente são definidos por lotes (territórios ou interterritoriais) muitos destes profissionais acabam migrando do seu local de origem para trabalhar em outros municípios. Assim identificamos que a distância espacial entre o local de origem e o de trabalho atual nos permitiu identificar que apenas 7% continua no local de origem, 27% residem na distância de 50 a 100 Km 53% enfrentam a distância de 100 a 400km e 13% a distância superior a 400Km nos mostrando que poucos ainda são os jovens rurais que buscam a profissionalização para permanecer em suas comunidades.

Figura 11 – Localização dos espaços de trabalho.

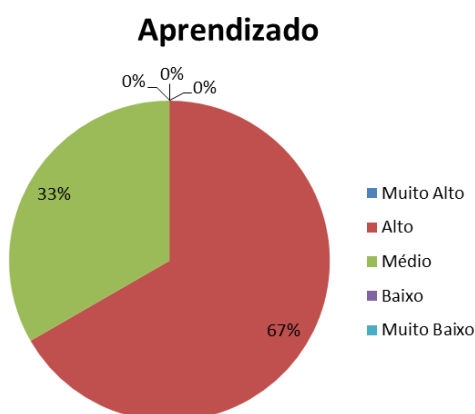
Localização do Trabalho



Fonte: SENA, 2017.

E para os jovens rurais que buscam a profissionalização pelas EFA's existe um enorme desejo de trabalhar na área técnica após a conclusão do curso e isso, assim, como o nível de interesse pelo aprendizado minimizam quaisquer situações que possam tornar difícil a busca pelo trabalho, até mesmo a distância da família e das propriedades rurais. Dessa forma, o interesse pela qualificação foi avaliado da forma abaixo:

Figura 12 – Aprendizado dos Egressos nas EFA's



Fonte: SENA, 2017.

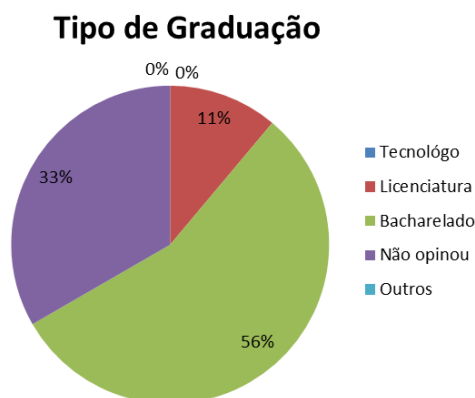
Assim, percebemos que em relação ao grau de satisfação com a área profissional em que os jovens fizeram os cursos técnicos é satisfatório, apesar, da realidade posta na qual na maioria das regiões não há espaços de trabalho suficientes para atender as demandas de profissionais que se formam anualmente nas EFA's e isso acaba tornando permissível a mudança para outras regiões e busca de remunerações melhores e qualidade de trabalho também.

Em outro momento dialogamos sobre a continuidade dos estudos e todos/as relataram que não optaram por outro curso técnico, pois, estavam satisfeitos com o primeiro, mas, falaram sobre a dificuldade de encontrar cursos de graduação que permitissem seguir as carreiras escolhidas. Os poucos que conseguiram ingressar no nível superior complementar ao técnico tiveram quer ir para as cidades de Feira de Santana e Salvador e foi necessário buscar o FIES para continuar os estudos.

Já os que optaram por continuar mais próximo de seus locais de origem acabaram optando pelas licenciaturas oferecidas pelas universidades estaduais da Bahia, além, dos cursos de tecnólogos oferecidos pela rede privada, mas,

demonstram satisfação e interesse na busca pelo aperfeiçoamento até para almejar cargos de coordenações nos projetos executados pelas entidades cooperativistas.

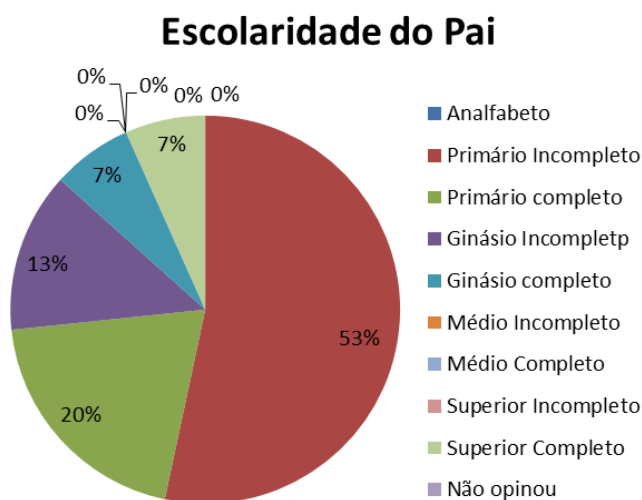
Figura 13 – Tipo de graduação dos Egressos das EFA's



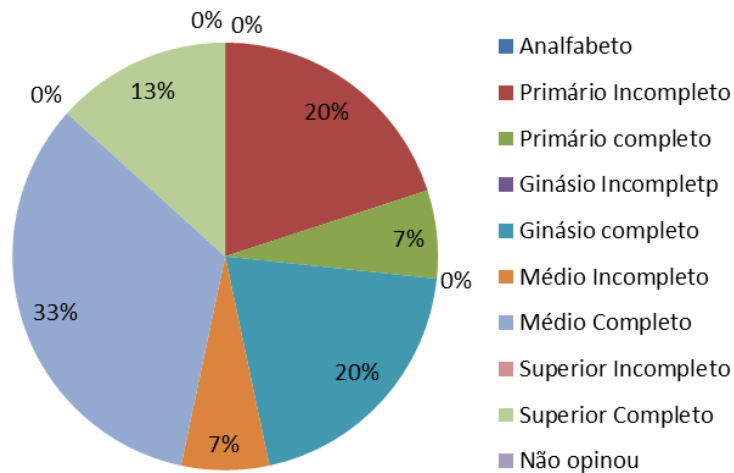
Fonte: SENA, 2017.

Um fator de destaque é a importância e o papel da mãe/ mulher nas decisões dos jovens rurais no que se refere aos estudos, pois, em 100% dos casos as mães chegaram a completar o ensino médio enquanto os pais na maioria dos casos chegaram apenas ao nível fundamental. Tal situação nos remete as reflexões do papel da mulher rural na família, no trabalho e como se torna referência pais os seus filhos e parentes.

Figura 14 – Escolarização dos pais dos Egressos das EFA's.



Escolaridade Mãe



Fonte: SENA, 2017.

Durante a pesquisa foi possível identificar o desprestígio do trabalho feminino. Percebemos em alguns momentos que a ausência de espaços de decisão em espaços colaborativos é apontada como motivos para a saída das jovens do meio rural e migração para as cidades em busca pela qualificação, escolaridade e emprego mesmo que no futuro estas retornem as suas comunidades, mas, buscam longe de casa incentivos que reafirmem a autoestimas das mulheres do campo e reconhecimento pelo seu trabalho.

A educação pode nortear os rumos de uma sociedade, neste caso das relações estabelecidas no meio rural, onde muitas mudanças vêm ocorrendo no modelo de família tradicional. As EFA's enquanto espaços escolares cuidadosamente lutam para que não hajam espaços de reprodução da dominação do homem sobre a mulher ou transmitir outros valores que influenciarão na mudança da tradicional relação entre estes sujeitos.

Neste momento, refletimos sobre o peso da educação na emancipação das mulheres do campo. Até que ponto o acesso à educação torna as mulheres mais críticas sobre sua condição de sujeito que tem direitos negados, como direito a terra, a saúde, a aposentadoria, a salário-maternidade, a educação. Ou se esta consciência de sujeito subordinado acontece no cotidiano e a educação somente contribui para a manutenção da dominação.

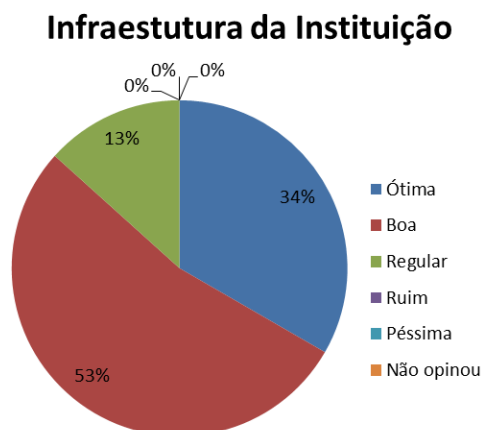
Ainda assim, precisamos dar visibilidade ao trabalho feminino no campo e suas contribuições para toda a família, afinal, são elas que ajudam nas atividades escolares, além, das atividades domésticas, as produtivas e demais atividades organizativas do trabalho no campo.

A luta atual tanto pelas EFA's quanto pelas entidades de trabalho é de dar estímulos para que as mulheres do campo não deixem que as necessidades específicas do universo feminino sejam silenciadas, afinal, tal anulação na esfera doméstica ou a manipulação na esfera pública são produtos da dominação masculina, que muitas vezes, de tão naturalizada, tornou-se imperceptível para ambos os sexos democratizando as decisões e divisões de tarefas.

Os jovens rurais entrevistados indicaram que as mulheres têm mais acesso a educação, no entanto mais anos de escolaridade não representa a anulação das desigualdades de gênero, como podemos verificar no meio rural. Precisamos perceber a educação não apenas como forma de as pessoas se tornarem economicamente mais produtivas, mas como uma condição para a liberdade e que suas mães foram e são figuras referenciais às buscas individuais de qualificação.

Já num terceiro momento do questionário nos deparamos com questionamento sobre o funcionamento das EFA's e ao ensino ofertado. Foi possível perceber nos discursos necessidade de apoio financeiro para reformas e/ou ampliações (refeitórios, dormitórios, agroindústrias, entre outros), pois, a escola também é um laboratório para as práticas agrícolas e assim eles podem se sentir mais preparados para o trabalho de campo.

Figura 13 – Avaliação das Infraestruturas das EFA's.



Fonte: SENA, 2017.

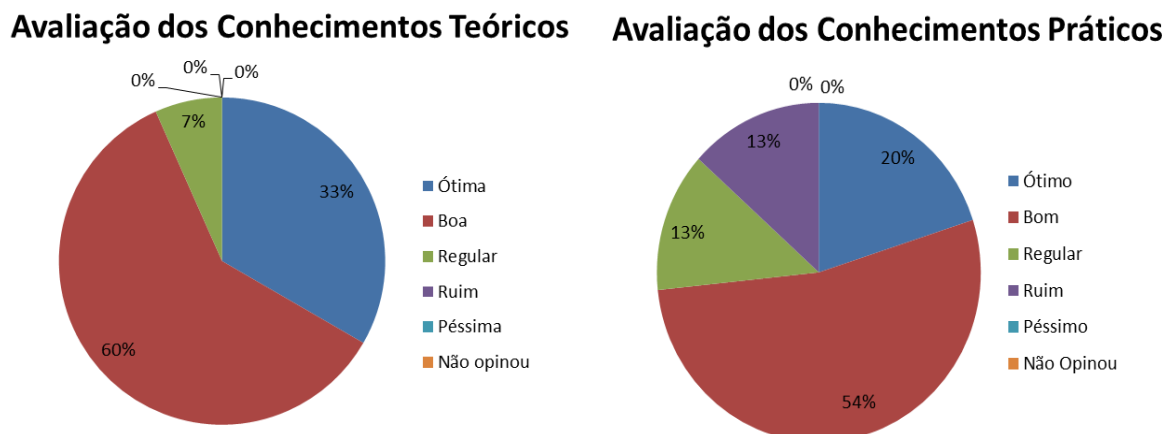
No ano de 2008, foi definida pelo então, governador do Estado da Bahia Jacques Wagner que as EFA's receberiam aportes financeiros do Estado, por meio de recursos orçamentários específicos, oriundos de cinco secretarias – Educação (SEC), Meio Ambiente (SEMA), Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), Agricultura (Seagri) e Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir).

Porém, com 31 escolas tal recurso não foi suficiente para manter a sustentabilidade das escolas, apesar, de na época das 31 escolas em atividade no Estado, 22 eram mantidas pela Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA) e reuniam 2,3 mil estudantes em 22 municípios.

Recentemente (07 de junho de 2017), ocorreu a aprovação da portaria nº3954/2017, Lei Estadual de Apoio Técnico e Financeiro às Escolas Famílias Agrícolas, que reconheceu a experiência de educação contextualizada de mais de 30 anos no fortalecimento do semiárido, através, do apoio às redes de Escolas Famílias Agrícolas e às Escolas Familiares Rurais e poderão solicitar o apoio e listar os itens que podem ser financiados e também os que não podem ser incluídos nas despesas.

Além, das estruturas físicas, os egressos puderam também analisar os cursos oferecido pelas EFA's, onde puderam avaliar tanto os conhecimentos teóricos quanto os práticos como segue abaixo:

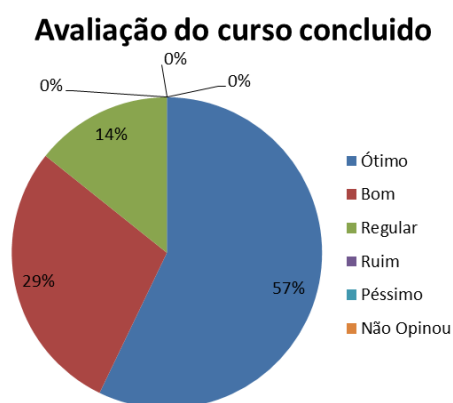
Figura 16 – Avaliações dos conhecimentos teóricos e práticos das EFA's



Fonte: SENA, 2017.

Onde, 35% dos entrevistados avaliaram os conhecimentos teóricos aprendidos nas EFA's como ótimo, 60% como bom, 7% como regular e não houve pontuação para ruim ou péssimo. Já sobre os conhecimentos práticos 20% avaliou como ótimo, 65% como bom, 13% como regular, 13% como ruim e péssimo nenhum dos jovens sinalizaram. No geral, os entrevistados avaliaram os cursos como 57%ótimo, 29%bom e 14%regular.

Figura 17 – Avaliação dos cursos concluídos nas EFA's



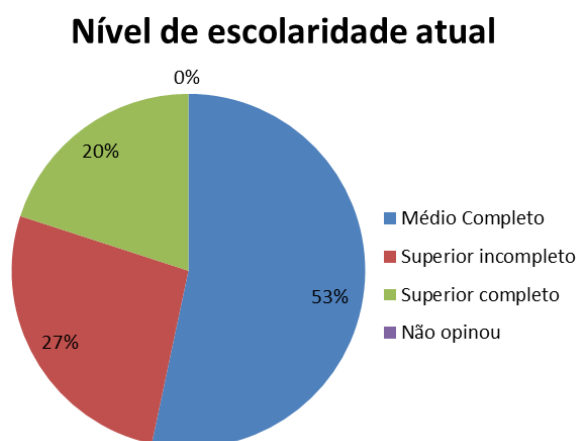
Fonte: SENA, 2017.

Tal avaliação significa que apesar de muitas lutas e pouco apoio, as EFA's acabam se tornando um projeto de desenvolvimento para o local na qual está instalada e para as comunidades para as quais os jovens retornam, afinal, é

através da educação de forma contextualizada que estas escolas buscam qualificar os jovens rurais na busca pela formação profissional, além, das ações e parcerias para promoção do desenvolvimento local.

Muitos dos estímulos educacionais apreendidos nas EFA's e após nos espaços de trabalho provocam nos jovens a necessidade na busca constante pela qualificação não limitando apenas ao Ensino Médio e sim a graduação e as pós-graduações. Assim, dos entrevistados 53% dos jovens apontaram que continuam apenas com o ensino médio, enquanto 47% ingressou na graduação (20% já concluiu).

Figura 18 – Nível de Escolaridade atual dos Egressos das EFA's



Fonte: SENA, 2017.

Alguns dos entrevistados apontaram que em algumas oportunidades acabaram perdendo oportunidades de trabalho por conta da formação, por não ter o nível superior alegando isto as prioridades que são dadas apenas a operacionalização dos trabalhos e/ou envolvimento as ações políticas e que acabam deixando a formação em segundo plano atendendo apenas as demandas pontuais.

As escutas e aplicações dos questionários tinham como proposta construir a partir dos olhares dos egressos um plano de ações que colaborem para a profissionalização dos/das jovens rurais. Assim, coletamos uma serie de sugestões das quais destacam-se:

Quadro 05 – Ações propostas pelos Egressos das EFA's (Entrevistados).

AÇÕES PROPOSTAS
- Seleção mais criteriosa dos jovens, avaliando além do convívio do teste adaptativo, com uma pré-visita familiar que comprove o envolvimento da família com o campo;
- Responsabilizar a turma ou grupos de alunos por determinadas áreas com o fornecimento de práticas e acompanhamento de profissionais já formados da área;
- Incentivar a participação dos jovens em intercâmbios, dias de campo, visitas técnicas, feiras agrícolas e reuniões comunitárias;
- Estender as atividades da escola para os municípios com a implantação de áreas demonstrativas que os alunos possam aplicar seus conhecimentos;
- Maior valorização e investimentos nas Escolas Famílias Agrícolas;
- Disseminação do trabalho que vem sendo feito pelas EFA's;
- Políticas Públicas de incentivo a permanência dos Jovens no Campo;
- Maior Valorização dos Técnicos e Melhores Condições de Trabalho;
- Apoiar e investir nas escolas técnicas, principalmente nas EFA's, no que se refere a atividades teóricas e práticas, dentro do contexto técnico da sua realidade;
- Realização de palestras, seminários, intercâmbios, e cursos, que venham a otimizar os conhecimentos adquiridos em sala, e disponibilidade de profissionais capacitados para apoiar ações de formação técnica dentro do âmbito escolar, ensino x aprendizado;
- Realização de capacitações para produção de ofícios, planilhas, currículos, palestras sobre movimentos sociais, o papel da assistência técnica, são algumas sugestões de ações podendo elas serem oficinas ou realizadas com outra metodologia, mas que contribuiriam com a formação desses futuros profissionais;
- Melhorar a frequência às atividades pratica, dando oportunidade a todos executarem a atividade em si. (Não apenas olhando o professor executar;
- Realizar mais eventos para a capacitação;
- Fortalecer a relação com as comunidades e associações.

Fonte: SENA, 2017.

Tais propostas culminaram na elaboração do PLANO COMPLEMENTAR PARA PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS RURAIS NAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA que trata-se de uma proposta de formação complementar para a profissionalização de jovens rurais – se concretiza no formato de produto articulado à pesquisa de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade, intitulada **A PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS RURAIS NA PEDAGOGIA DA**

ALTERNÂNCIA DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLAS – que propõe a realização de oito atividades formativas, afim, de promover uma interação entre o espaço de formação a EFA Jaboticaba e a COFASPI, que juntas poderão contribuir para o fortalecimento dos princípios da EFA e da atuação enquanto profissionais conscientes de seus papéis na sociedade em prol do desenvolvimento social, sustentável e de uma visão democrática e plural de educação, que permita aproximar a realidade de cada aluno e seus espaços de origem com o espaço escolar e profissional.

Assim, para construir uma proposta de formação com o objetivo de acrescentar à profissionalização destes jovens fez necessário perceber os olhares dos egressos sobre o processo de formação e as dificuldades encontradas nos espaços de trabalho o que nos permitiu coletivamente (Grupo de Trabalho da COFASPI), propor a construção desta proposta.

Temas como: Associativismo x Cooperativismo; Políticas Públicas (Economia Solidária e Agricultura Familiar); Redes Colaborativas e Solidárias; Comércio Justo e Solidário; Educação Contextualizada; Assistência Técnica x Extensão Rural; Metodologias Participativas e Território e Convivência com o Semiárido serão trabalhados e discutidos nesta proposta formativa, nos quais agregaremos os valores dos conceitos da diversidade, justiça social, trabalho e profissionalização transversalizados aos temas propostos. Este processo de formação complementar trará para sala de aula reflexões e discussões que na alternância os/as alunos/as poderão ter estímulos e conteúdo para desenvolver atividades de intervenções nas propriedades familiares, assim como nas Associações e/ ou Cooperativas de suas comunidades.

Neste sentido, articula-se os pressupostos de uma formação complementar, pautada no tripé, ação – reflexão – ação ou prática – teoria – prática, dos quais foram considerados, problematizados, refletidos e sistematizados os olhares e as propostas dos Egressos da EFA Jaboticaba sobre os aspectos da empregabilidade/ trabalho, continuidade dos estudos e perfil dos entrevistados, além, do Grupo de Trabalho sobre Educação do Campo da COFASPI – Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar e Sustentável do Piemonte e representantes da Escola Família Agrícola.

Afinal, faz-se importante considerar que as construções dos processos formativos são enriquecidas quando as diversidades, os contextos sociais, culturais, valores e as subjetividades das comunidades que somados ao conhecimento científico passam a oferecer aos envolvidos a oportunidade de vivenciar uma dinâmica no processo de ensino/ aprendizagem que contribua para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, comunidade e escola.

Contudo, sinalizamos que tal proposta trata-se da primeira versão, por entendermos que este plano é um grande desafio, afinal, trataremos da diversidade do campo e suas contribuições para os processos formativos dos jovens rurais num contexto sócio – político desfavorável, pois, estamos vivenciando o declínio e supressão das políticas públicas educacionais conquistadas pelos movimentos sociais ao longo dos tempos. Porém, o sentimento e a necessidade de construirmos um mundo melhor na busca do bem viver das comunidades do campo nos faz acreditar que coletivamente e colaborativamente podemos continuar na luta por espaços de construção e fortalecimento de uma educação acessível à todos e todas.

Dessa forma, a construção deste capítulo nos permitiu compreender como alunos egressos das Escolas Famílias Agrícolas percebem a contribuição da Pedagogia da Alternância no processo de profissionalização de jovens do campo, a partir, das experiências particulares e seus olhares sobre as contribuições da Pedagogia da Alternância para suas formações profissionais refletidas nas suas práticas de trabalho no campo.

A escolha pela pesquisa participante nos permitiu construir uma proposta de forma colaborativa com o Grupo de Trabalho para Educação do Campo da COFASPI, pois, trata-se de um momento na qual a proposta foi enriquecida a partir das avaliações e validações de cada etapa levando em consideração quais necessidades e contribuições com as Escolas Famílias Agrícolas no processo de formação profissional dos/as jovens rurais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a construção desta pesquisa buscamos dar respostas aos nossos objetivos e inquietudes relacionadas as adversidades vividas pelos/as jovens rurais na busca pela formação para o trabalho e as contribuições das EFA's neste processo, assim como os diversos desafios encontrados pelas escolas e como suas práticas contribuem ao fortalecimento da Educação do Campo.

A pesquisa iniciou-se a partir da análise da Pedagogia da Alternância na Educação do Campo como alternativa para a profissionalização dos jovens rurais da Escola Família Agrícola. A escolha se deu junto as experiências obtidas no convívio profissional com os egressos das EFA's, em sua maioria da EFA Jaboticaba, situada no município de Quixabeira-Bahia que nos permitiu propor através desta pesquisa uma proposta complementar à profissionalização dos/as estudantes da EFA.

A Pedagogia da Alternância oportuniza através da sua estratégia metodológica aos estudantes a possibilidade de aplicar nas propriedades familiares e comunidades a teoria trabalhada em sala de aula o que fortalece a proposta de que além da educação escolar é preciso valorizar os saberes que os estudantes trazem consigo e é isto que enriquece o processo de aprendizagem e aproxima os mesmos da realidade de cada jovem e suas famílias.

A ideia de construir uma proposta de formação complementar anda em paralelo a proposta de realizarmos uma ação continuada entre EFA's/COFASPI/COMUNIDADES, a fim de construirmos atividades que fortaleçam as comunidades escolares, sociais e de trabalho. Diante disso, em nenhum momento pensamos nesta pesquisa como um produto final, mas sim como um passo importante no alinhamento de propostas e construção de parcerias para a Educação do Campo.

A realização de debates sobre os achados desta pesquisa nos permitiu confirmar alguns sentimentos e nos trazer novas situações as quais trabalharemos coletivamente e de forma que todos e todas se sintam parte, a fim de consolidar uma atuação em rede que solidariamente somem esforços para semear, cuidar e

colher frutos consciente de que cada um de nós temos um papel importante que vai além dos muros da escola e das nossas casas.

Assim, podemos dizer que estamos em uma condição que nos permite reflexões pela continuidade da busca, já que a história é uma caminhada constante de construção e reconstrução “(...) um tempo de possibilidades e não de determinismo” (FREIRE, 2006, p. 53). Tal contexto, nos mostra a necessidade da busca social, epistemológica por ser mais, por compreender e transformar os coletivos, além, de nós mesmos.

Buscamos ainda compartilhar e propor reflexões sobre o papel do jovem rural, quais os desafios encontrados pelos jovens desta nova categoria social, quais as necessidades de políticas públicas voltadas para a educação para o trabalho, assim como os desafios encontrados por estes na afirmação identitária desta fase cheia de desafios e escolhas.

Defendemos a ideia de que sem a educação adequada com o foco nas realidades das juventudes (digo isso, pois acreditamos ser jovem depende muito mais do reconhecimento social do que da definição social imposta que categoriza cronologicamente de 16 a 29 anos), isso nos remete a situação da necessidade em que temos em trabalhar antes de realizar os estudos e de como isto fortalece a segregação social.

Dessa forma, constatamos que a Educação do Campo ganha muita força quando suas práticas, através da Pedagogia da Alternância, ocorrem valorizando as diversidades e particulares de cada território rural/cada comunidade, afinal, além das disciplinas básicas, os/as jovens também têm a oportunidade de aprofundar os conhecimentos nas disciplinas específicas para produção e tais estímulos ainda promovem a percepção da importância da juventude fixar no campo e contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades.

Valorizar o saber local, as experiências vividas pelos mais antigos alinhadas à educação formal, nos faz mais seguros dos nossos papéis nas comunidades enquanto profissionais. Diversas propostas de políticas de incentivo à Juventude Rural estão surgindo, porém não atendem as demandas criadas ao longo dos anos

as quais desvalorizavam e reprimiam o campo, neste caso em especial a Juventude Rural.

Isso supõe que cada entidade isolada em seu recorte espacial não consegue atender as necessidades nos processos formativos destes jovens. Precisamos das experiências dos educadores, das comunidades rurais e das entidades de trabalho para identificarmos os problemas e que de forma solidária estes sejam encarados como desafios para inovar a proposta educativa. Afinal, a ação pedagógica não se reduz apenas ao ensino teórico, mas produz novos saberes originados na prática e na vivência de todos e todas.

As EFA's são os espaços de educação escolar formalizados, que além de agir como um instrumento de profissionalização dos filhos e filhas de agricultores familiares, também propiciam a estes jovens rurais outra dinâmica de aprendizado, que os colocam muito próximos de uma realidade comum a todos. Este fator evidencia as técnicas estratégicas de convivência com o semiárido, enaltece a importância da ferramenta de intercâmbio para a aprendizagem a partir do experimento cotidiano e enfatiza a família como base importante para o desenvolvimento profissional deste jovem, na busca pela construção do conhecimento científico social, que valorizem seus conhecimentos, melhorando-os, com a perspectiva da fixação do agricultor familiar dentro de seu espaço com dignidade. Além disso, contribui para fortalecer o convívio sociopolítico desses jovens, estimulando a participação social em suas comunidades a buscar melhorias estratégias que fortaleçam seus espaços de convívio como um todo, trabalhando em benefício comum.

Dessa forma, esta pesquisa deu-se, a partir dos diálogos com os colaboradores, que nos permitiu identificar para além dos sentimentos pessoais, as limitações e situações impostas pelas lutas coletivas na busca pela melhoria da qualidade de vida no campo, além, dos aspectos significativos sobre a formação em exercício e no campo da produção do saber.

Foi possível perceber através dos instrumentos da pesquisa que os egressos das EFA's que participaram do estudo demonstraram, em suas falas e atitudes, indícios de desenvolvimento das práticas docentes e comunitárias

contextualizadas, além de apresentarem as contribuições à construção de uma identidade escolar e comunitária como algo engessado, mas decorrente dos processos contínuos de transformações, em que os indivíduos a constroem e a reconstroem ao longo de suas trajetórias de vida profissional e pessoal.

Contudo, sabemos que o potencial das EFA's, somadas ao trabalho e as comunidades, podem possibilitar a reflexão crítica e o desenvolvimento dos saberes-fazer, notadamente atrelados à formação para o trabalho dos/das jovens rurais. Isso ocorre pois, além da proposta de fortalecimento das práticas pedagógicas para que as mesmas aconteçam de forma contextualizadas, não é algo que acontece em um curto espaço de tempo, mas é resultado de um processo constante de ação-reflexão da própria prática.

Nesta perspectiva, esperamos que a pesquisa possa contribuir de forma efetiva para a construção de uma atuação em rede entre as instituições que possam agregar valores à Educação do Campo, realizada pelas EFA's de forma contextualizada minimizando os efeitos ações de disputas sociais e relações de poder que promovem a exclusão dos jovens rurais das salas de aula e do campo o que os tornaram historicamente ignorados.

Assim, acreditamos que o estudo cumpriu com os objetivos, pois nos permitiu perceber junto aos/as egressos/as das EFA's entrevistados/as quais são as percepções sob as contribuições da Pedagogia da Alternância no processo de profissionalização destes, o que nos permitiu a construção de um Plano Propositivo para complementação da profissionalização de jovens rurais das EFA's que segue na íntegra nos apêndices.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. **Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/ com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

ALEXANDRINO, M. S. **A educação do campo e sua inserção na agenda política educacional**. Monografia (especialização). Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, Universidade Estadual da Paraíba, Itaporanga, 2014.

BAVARESCO, P. R. E RAUBER, V. Educação do campo: uma trajetória de lutas e conquistas. **Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 85-92, 2014.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado do papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil - 1988**. Disponível em <www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao/htm>, acesso em 12.04.2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Programa de melhoria e expansão do Ensino Médio: Projeto Escola Jovem, síntese**. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Escola%20Jovem.pdf>>. Acesso em: 12.03.2016.

_____. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. BRASIL. SECAD – Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2011. BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Referencias para uma política de educação do campo: caderno de subsídios**. Brasília, 2ª ed. 2005.

_____. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Regulamenta a Lei nº 9.131/1995, dispõe sobre as Diretrizes Complementares, normas e princípios para o

desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 29 abr. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2011.

CALAZANS, M. J. C. Para compreender a educação do estado no meio rural (traços de uma trajetória). In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre. (coord.). **Educação e escola do campo**. Campinas: Papirus, 1993.

CASAGRANDE, N. A questão agrária e a formação do educador do campo no século XXI: as contribuições da Pedagogia da Terra. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 8, n. 25, p. 765-785, 2008.

CAVALCANTE, L. O. H. **A escola família agrícola do sertão: entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais**. Tese (doutorado). Curso Doutorado em Educação - UFBA, Salvador, 2007.

CALVÓ, P. P. Formação pessoal e desenvolvimento local. In: **Pedagogia da Alternância: formação em alternância e desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF. União das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB), 2002.

_____. **Pedagogia da Alternância – alternância e desenvolvimento**. Primeiro Seminário Internacional. Salvador: Dupligráfica Editora, 1999.

CARNEIRO, M. J. **O ideal rurbano: a relação campo-cidade no imaginário de jovens rurais**. XXII Encontro anual da ANPOCS, Caxambu, 1998.

CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado) Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

_____. **Processos de Construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social**. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, GT10, Porto Seguro, Bahia, 2008.

CARVALHO, L. D. **Ressignificação e reapropriação social da natureza: Práticas e Programas de “Convivência com o Semiárido” no Território de Juazeiro – Bahia**. Tese (Doutorado) São Cristóvão, Sergipe: Núcleo de Pós-

Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, 2010, 342p.

CERQUEIRA, M. C. A.; SANTOS, C. R. B. As escolas famílias agrícolas, a pedagogia da alternância e o caderno da realidade. **Seminário Regional e Fórum de Educação do Campo**. Vol.1, Santa Maria-RS, 2013.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

COUTO, X. C. S. O projeto profissional do jovem na Casa Familiar Rural de Açailândia: culminância, interdisciplinaridade e desenvolvimento agroecológico do meio. **Cadernos de Agroecologia** – Recife-PE, v. 11, n.1, 2016.

DEMARTINI, Z. B. F. Educação no campo: notas preliminares. In: **I Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto, Brasília, DF**. Coletânea de Textos. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2011. p. 380-387.

DURSTON, J. Juventude Rural, Modernidade e Democracia: Desafio para os Noventa. In: **Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano**. Série Documentos Temáticos. RS, 1994.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 8ª edição. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com Pedagogia do Oprimido**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra (1993)

_____. **Extensão ou comunicação?** 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GATTI, B. A. **A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios**. RBPAE - v. 28, n. 1, p. 13-34, jan/abr. 2012.

GHEDIN, E., FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMONET, J. C. **Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo:**

as Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação. In: Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento, Salvador, UNEFAB, 1999.

HENRIQUES, R.; MARANGON, A; DELAMORA, M; CHAMUSCA, A. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. **Cadernos SECAD 2**, Brasília-DF, 2007, 81p.

HESPAHOL, R. A. M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 103-112, 2013.

LE BOTERF, G. **Compétence et navigation professionnelle.** Paris: Éditions d'Organisation, 1999.

LIBONI, M. T. L.; HELOANI, J. R. Juventude rural, trabalho e identidade: a experiência de participação em empreendimento rural de Economia Solidária. **Otra Economía**, 10(18):64-76, 2016.

LEVI, G. SCHMITT, J-C. **História dos Jovens.** Vol.1. Introdução, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

MARCOCCIA, P. C. de P. **Escolas públicas do campo: indagação sobre a educação especial na perspectiva da inclusão educacional.** 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.

MARTINS, J. S. Anotações em torno do conceito de educação para a convivência com o Semiárido. In: **RESAB. Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro - reflexões teórico-práticas da RESAB.** Juazeiro – BA: Secretaria Executiva da RESAB, 2004.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 23 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, A. e RIOS, J. A. V. P. **Juventudes, políticas públicas e educação: olhares e perspectivas sobre o semiárido.** Artigo publicado no VI Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade, Sergipe, 2012.

PESSOTTI, A. L. **Escola Família Agrícola: uma alternativa para o ensino**

Rural. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

REIS, E. S. **A contextualização dos Conhecimentos e saberes escolares nos processos de reorientação curricular nas escolas do Campo.** Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Salvador; 2009.

RESAB, **Rede de Educação do Semiárido Brasileiro.** Disponível em: <<http://resabnacional.blogspot.com.br/>>, acesso em setembro 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007

SILVA, L. S. **Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE): Espaço de formação da classe trabalhadora e suas implicações na práxis educativa.** Monografia Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido. UFRB, 2013.

SOUZA, M. A. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas , v. 33, n. 120, p. 745-763, 2012.

SOUZA, F. A.; SANTOS, S. A. Educação do Campo: A Busca de Novas Alternativas que Viabilizem a Permanência do Homem no Campo. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**, volume 1, Secretaria do Estado do Governo do Paraná, 2010.

UNEFAB. **Pedagogia da Alternância: alternância e desenvolvimento.** I Seminário Internacional, Salvador, 1999.

UNEFAB. **Pedagogia da Alternância: Formação em alternância e desenvolvimento sustentável.** II Seminário Internacional, Brasília, nov. 2002.

APÊNDICES



PLANO PROPOSITIVO PARA COMPLEMENTAÇÃO DA PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS RURAIS NAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA.

PROPOSTA FORMATIVA

Lara Micia Almeida Mascarenhas Sena
Mestranda em Educação e Diversidade
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Jacobina, Bahia
Maio 2017

Mestrado Profissional em Educação e Diversidade – MPED

***NEPEC SAB - Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação
Contextualizada com o Semiárido Brasileiro.***

***Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do
Piemonte – COFASPI.
GT de Educação***

*Plano Propositivo para Complementação da
profissionalização de Jovens Rurais das Escolas
Famílias Agrícolas.
Jacobina - Bahia, Junho de 2017.
023p.*

Lista de Siglas

COFASPI	Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar e Sustentável do Piemonte.
EFA	Escola Família Agrícola
EFA'S	Escolas Famílias Agrícolas
EFA JABOTICABA	Escola Família Agrícola de Jaboticaba
RESAB	Rede de Educação do Semiárido
GT	Grupo de Trabalho

Lista de Figuras e Quadros:

Quadro 01 – Dimensionamento Cultural	13
Figura 01 – Ciclo de Estágio	15

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. PRINCÍPIOS NORTEADORES	9
2. OBJETIVOS	10
2.1. GERAL	10
2.2. ESPECÍFICOS.....	10
3. TEMAS FORMATIVOS	10
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
5. METODOLOGIA.....	12
6. RECURSOS.....	16
7. AVALIAÇÃO.....	16
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
9. REFERÊNCIAS.....	19
ANEXOS.....	20

APRESENTAÇÃO

A proposta de formação complementar para a profissionalização de jovens rurais – se concretiza no formato de produto articulado à pesquisa de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade, intitulada **A PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS RURAIS NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLAS** – que propõe a realização de oito atividades formativas, afim, de promover uma interação entre o espaço de formação a EFA Jaboticaba e a COFASPI – Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar e Sustentável do Piemonte que juntas poderão contribuir para o fortalecimento dos princípios da EFA e da atuação enquanto profissionais conscientes de seus papéis na sociedade em prol do desenvolvimento social, sustentável e de uma visão democrática e plural de educação, que permita aproximar a realidade de cada aluno e seus espaços de origem com o espaço escolar e profissional.

Assim, para construir uma proposta de formação com o objetivo de acrescentar à profissionalização destes jovens fez necessário perceber os olhares dos egressos sobre o processo de formação e as dificuldades encontradas nos espaços de trabalho o que nos permitiu coletivamente (Grupo de Trabalho da COFASPI), propor a construção desta proposta.

Temas como: Associativismo x Cooperativismo; Políticas Públicas (Economia Solidária e Agricultura Familiar); Redes Colaborativas e Solidárias; Comércio Justo e Solidário; Educação Contextualizada; Assistência Técnica x Extensionismo Rural; Metodologias Participativas e Território e Convivência com o Semiárido serão trabalhados e discutidos nesta proposta formativa, nos quais agregaremos os valores dos conceitos da diversidade, justiça social, trabalho e profissionalização transversalizados aos temas propostos. Este processo de formação complementar trará para sala de aula reflexões e discussões que na alternância os/as alunos/as poderão ter estímulos e conteúdo para desenvolver atividades de intervenções nas propriedades familiares, assim como nas Associações e/ ou Cooperativas de suas comunidades.

Neste sentido, articula-se os pressupostos de uma formação complementar, pautada no tripé, ação – reflexão – ação ou prática – teoria – prática, dos quais foram considerados, problematizados, refletidos e sistematizados os olhares e as

propostas dos Egressos da EFA Jaboticaba sobre os aspectos da empregabilidade/trabalho, continuidade dos estudos e perfil dos entrevistados, além, do Grupo de Trabalho sobre Educação do Campo da COFASPI – Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar e Sustentável do Piemonte e representantes da Escola Família Agrícola.

Afinal, faz-se importante considerar que as construções dos processos formativos são enriquecidas quando as diversidades, os contextos sociais, culturais, valores e as subjetividades das comunidades que somados ao conhecimento científico passam a oferecer aos envolvidos a oportunidade de vivenciar uma dinâmica no processo de ensino/ aprendizagem que contribua para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, comunidade e escola.

Contudo, sinalizamos que tal proposta trata-se da primeira versão, por entendermos que está plano é um grande desafio, afinal, trataremos da diversidade do campo e suas contribuições para os processos formativos dos jovens rurais num contexto sócio – político desfavorável, pois, estamos vivenciando o declínio e supressão das políticas públicas educacionais conquistadas pelos movimentos sociais ao longo dos tempos. Porém, o sentimento e a necessidade de construirmos um mundo melhor na busca do bem viver das comunidades do campo nos faz acreditar que coletivamente e colaborativamente podemos continuar na luta por espaços de construção e fortalecimento de uma educação acessível à todos e todas.

1. PRINCÍPIOS NORTEADORES

A proposta de formação complementar à profissionalização dos jovens rurais nasce como contribuição para aprendizagem contribuindo para ampliação de conhecimentos e reflexões de como enquanto futuros profissionais os/ as estudantes das Escolas Famílias Agrícolas podem atuar. Dessa forma, propõem-se diálogos entre à Extensão Rural/ Assistência Técnica e à Educação do Campo, através, do referencial educacional da Pedagogia da Alternância, assim, propomos uma maior integração, interatividade entre os diversos atores do campo (Associações, Cooperativas, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentáveis e Escola) para que juntos possamos contribuir processamento cognitivo e emocional nos diversos contextos de aprendizagem.

Os fundamentos norteadores desta proposta se sustentam, a partir, da atuação destes jovens para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos e solidários localizados nas suas comunidades de origem. Dessa forma, estes jovens estarão aplicando nas organizações da sociedade civil do campo via transmissão cumulativa de conhecimento e mais na prática do diálogo e compartilhamento do conhecimento na busca da sustentabilidade dos mesmos contribuindo para que estes busquem melhorias para suas práticas organizacionais e produtivas.

Nesta proposta formativa, a aprendizagem, para ser significativa, deve ser ativa, social e cooperativa, envolvendo a instituição formativa e a entidade de trabalho na qual estes jovens podem trabalhar. Faz-se importante considerar as práticas e conhecimentos individuais e coletivos, para favorecer o processo de ensinar-e-aprender. E, sobretudo, para produzir novos conhecimentos capazes de encontrar soluções diante das situações demandadas pelos empreendimentos do campo e como podemos ajuda-los a acessar outras políticas públicas.

A Alternância nos permite compreender o grupo de participantes como uma comunidade de aprendizagem, onde todos são responsáveis pelo aprender de si mesmo e do coletivo levando cooperação ao espaço educativo.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

- Promover uma ação de formação transversalizada que contribua para que os estudantes enriqueçam os saberes – fazeres – reflexões sobre temas e práticas importantes à profissionalização dos jovens rurais estudantes da EFA Jaboticaba.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Criar espaços de discussão e aproximação entre a Escola, comunidade e os espaços de trabalho;
- Apresentar uma proposta complementar a formação dos jovens rurais que atendam a Proposta Pedagógica da Escola e a diversidade das comunidades rurais;
- Aproximar os estudantes das práticas de trabalho e dos fundamentos da profissionalização propostos pela EFA.

3. TEMAS FORMATIVOS

Tal proposta surge trazendo temas apontados pelos Egressos das Escolas Família Agrícola que atuam na extensão rural/ assistência técnica e/ou projetos de implantação de tecnologias sociais. Durante a aplicação do questionário como ferramenta de escuta identificamos os temas que seguem abaixo:

- Associativismo x Cooperativismo;
- Políticas Públicas (Economia Solidária e Agricultura Familiar);
- Redes Colaborativas e Solidárias;
- Comércio Justo e Solidário;
- Educação Contextualizada;
- Assistência Técnica x Extensionismo Rural;
- Metodologias Participativas e
- Território e Convivência com o Semiárido.

Os temas listados poderão ser trabalhados em formato de oficinas participativas como um processo educativo e formativo de troca de experiências e

produção de conhecimento, voltado para o trabalho e para a prática social dos jovens rurais. É importante lembrar que não temos a intenção de sobrepor as ações das EFA's e sim contribuir no processo de formação, afim, de colaborar como parte do todo.

Dessa forma, a proposta vem na perspectiva de complementar as ações pedagógicas da EFA na construção de conhecimentos ligados à prática social e econômica, além, de envolver ações de valores sociais, que correspondem a princípios de organização social, na qual se formam os sujeitos. Assim, buscaremos associar estes temas na busca e prática construção de uma democracia econômica, social e política, através da participação solidária e impulsionada pelas organizações inseridas no local e entorno.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a COFASPI, pensar em uma proposta de atuar dentro do processo da educação contextualizada, logo surge a preocupação em conhecer tanto os profissionais e suas histórias quanto as comunidades que irão atuar e seus entendimentos sobre a vida e o mundo. Trabalhar o resgate e fortalecimento das identidades de cada espaço é um dos princípios nas práticas das atividades da cooperativa. E antes de chegarem à COFASPI estes jovens passam pelas Escolas Família Agrícolas, todos (as) chegam à escola trazendo um mundo de informações que não pode ser desconsiderado na construção do processo de ensino/aprendizagem. Com isso, pensamos na possibilidade em realizar a ação articulada com a escola para contribuir com a profissionalização dos jovens rurais.

Assim, propomos a construção momentos na sua prática pedagógica que favoreçam a expressão desse *saber prévio* e partir dele organizando situações que proporcionem um ambiente democrático onde todos ensinem e aprendam. Esses já seriam os primeiros passos da contextualização.

O processo é dinâmico e terá a participação de todos para que tal proposta de desenvolva com êxito. Dessa forma, a própria dinâmica do campo, os contextos em quais as comunidades estão inseridas, as histórias serão analisadas como objeto de estudo para que os estudantes tenham a possibilidade de se reconhecer enquanto "*sujeitos da transformação política da sociedade*" (FREIRE, 1993, p.93),

podendo assim contribuir para ações de intervenção que possam colaborar para melhoria da qualidade de vida das famílias camponesas.

Segundo a RESAB a Educação para a Convivência deve priorizar as dimensões da contextualização como segue descrito abaixo:

QUADRO 01 – DIMENSÃO CULTURAL

Dimensão sociocultural:	a vinculação das abordagens curriculares com o meio no qual os sujeitos estão inseridos –, ou seja, prioriza o diálogo entre o conhecimento historicamente sistematizado a partir dos componentes da Base Nacional Comum com os saberes do cotidiano e os diferentes aspectos da realidade no mundo fora da escola, seja mais próximo ou mais distante.
-------------------------	---

Fonte: RESAB, acesso 2017.

Alguns, autores se destacam neste processo como Paulo Freire, 1978; Telmo Adams, 2010; Juracy Marques, Luzineide Dourado e Rosiane Sena, 2014; Edmerson Reis, Luzineide Dourado e Maria Luciana Nóbrega, 2013; Jane Adriana Rios, 2011; Edmerson Reis e Luzineide Dourado, 2011, Wilson Dias, 2016; Ana Paula Duarte e Vera Carneiro, 2013; Caio Maciel e Emílio Pontes, 2015 e Elmo Lima, 2013.

5. METODOLOGIA

A presente proposta complementar de formação foi pensada a partir da Dialética que, através, da Pesquisa Participante apresenta-se sob a perspectiva da investigação no qual este método proporciona rigorosos procedimentos que para esta proposta. Refletimos a educação como um fenômeno, no qual é possível detectar suas invariantes, suas características essenciais e a partir dessa constatação que se constroem as interpretações, se esclarece o que está sendo

investigado e se abrem os caminhos para intervir na política educacional e na prática pedagógica.

A fim, de compreender tal fenômeno, é importante reviver e recriar as experiências que se vivenciaram, por isso, foi de extrema importância analisarmos os olhares dos egressos das EFA's para que possamos atingir essa compreensão, a relação entre o mundo e os textos deve ser um constante movimento de ir e vir, para que se evite um único entendimento do contexto. Assim, realizamos reuniões com o GT (Grupo de Trabalho) de Educação do Campo da COFASPI, além, de darmos um retorno em reunião aos colaboradores que responderam o questionário.

Dessa, forma podemos identificar que, a partir, das escutas orais (egressos, estudantes, escola e cooperativa), das aplicações dos questionários e das reuniões podemos construir as interpretações e as proposições de forma participativa e coletiva, a partir, dos olhares e das experiências profissionais de cada indivíduo, a fim, de compreender o fenômeno da Educação do Campo, através, da Alternância proposta pela EFA e de como podemos contribuir para a formação profissionais dos estudantes.

Este percurso iniciou-se, a partir das escutas orais e da aplicação dos questionários que sistematizados na possibilidade ter dados mais concretos para pensar na metodologia que esta sendo proposta por meio deste documento. Serão realizadas 8 oficinas que terão a duração de 4 meses e que durante a alternância os estudantes terão a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos nas comunidades ou associações e cada etapa será avaliada por meio de um questionário e relatórios promovendo assim, uma aproximação com as comunidades, escola e espaço de trabalho.

Tendo em vista os objetivos previstos para a presente formação, as atividades serão desenvolvidas a partir de oficinas, fundamentada na proposta de desenvolvimento de um percurso de aprendizagem em que o diálogo será o elemento principal na construção do percurso formativo.

O formato de oficinas promove a interação entre os envolvidos no processo formativo e que estes não dependam apenas de conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e políticos elaborados por outros, para eles e sim que os jovens possam construir o seu próprio pensamento levando em consideração os interesses culturais e sociais das comunidades e das organizações nas quais estão inseridos.

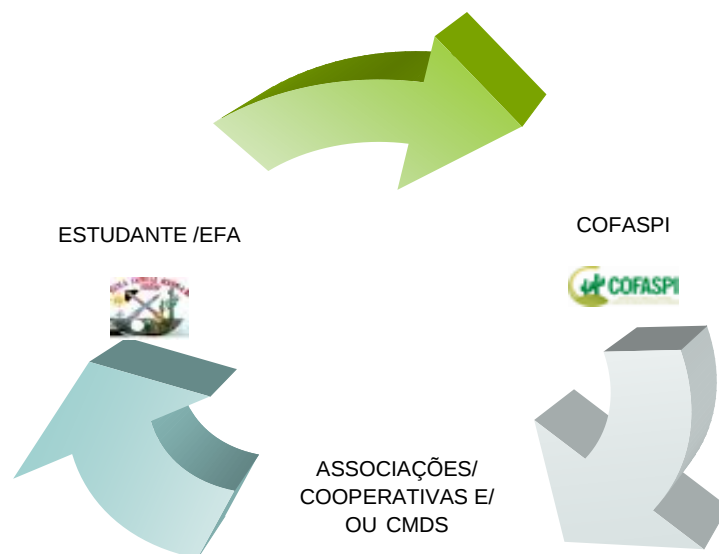
Afinal, o conhecimento que se objetiva construir se deu a partir dessa pesquisa participante na qual vinculamos os critérios de escolha e interpretação, a partir, da perspectiva qualitativa, ancorada na reflexão hermenêutica como paradigma interpretativo. Nessa direção, a hermenêutica, Ghedin e Franco (2008) que nos permitiu compreender e considerar integradamente as questões ideológicas, políticas e científicas, de tal forma que nos possibilita saber mais plenamente a respeito da interdependência e influências mútuas desse complexo processo de construção do conhecimento científico em educação.

Dessa forma, a população engajada na pesquisa participante aumentou o seu entendimento e conhecimento da situação particular que se deu sob a perspectiva da profissionalização dos jovens rurais. Bem como para uma ação de mudança em seu benefício. Afinal, esta proposta foi pensada a partir da realidade concreta que os participantes pretendem mudar, gira em torno de um problema existente e o envolvimento da população é essencial, a qual participa de todas as etapas da pesquisa: proposta, coleta de dados, análise, planejamento e intervenção na realidade.

Contudo, acreditamos que os temas propostos à ser trabalhados em sala foram apontados pelos egressos das EFAS durante as entrevistas e aplicação do questionário para a construção desta proposta com a finalidade de construirmos uma intervenção mais próxima dos espaços de trabalho para o qual estão sendo preparados. Proporcionando momentos de diálogos democráticos, de saberes-fazer sobre os contextos de diversidade, com menor probabilidade de reproduzir o sistema autoritário de relações que têm dominado na grande maioria as propostas de formação.

Assim, segue abaixo uma figura que apresenta o ciclo posterior as oficinas para atuação dos jovens estudantes em seus estágios como proposta de construção colaborativa entre a Escola e a COFASPI para formação destes:

Figura 01 – Ciclo de Estágio



Fonte: SENA, 2017.

Neste momento, propomos que possamos aproveitar as organizações sociais como espaço de aprendizagem. As associações, cooperativas, assim como os conselhos municipais de desenvolvimento sustentável possuem carência de capital social, afinal, todo o trabalho em busca da organização social e produtiva é voluntário. Identificamos estes espaços como ambientes ricos e potenciais para que os jovens além de cumprir com um componente curricular do estágio também possa se aproximar das políticas públicas oriundas de muita luta pelos povos do campo.

Durante o período letivo que antecede o componente curricular do Estágio Obrigatório, os estudantes passariam por um nivelamento na COFASPI que acompanhará a construção de um diagnóstico no qual levantaremos a situação da organização e em seguida construiremos coletivamente um cronograma com ações demandadas para fortalecimento destas. Todas as ações dos estudantes serão acompanhadas pela cooperativa que ao final apresentaram um relatório sobre as ações e uma avaliação por parte da organização na qual estagiou. Tais documentos irão compor o material entregue a escola para avaliação final e validação do estágio.

6. RECURSOS

Textos (artigos e livros), vídeos que tratem diversidade da ruralidade contemporânea, data show, pen drive, apresentações orais, entre outras.

7. AVALIAÇÃO

O material construído será supervisionado e avaliado pelo GT de Educação da COFASPI e pela EFA Jaboticaba. Os/as estudantes farão avaliação ao final de cada “módulo” sobre os temas e as metodologias aplicadas para cada formação, através, de momentos reflexivos e ficha de avaliação. Já os estudantes serão avaliados durante a alternância no momento que estarão aplicando os conteúdos nas associações e/ou cooperativas e/ou nas propriedades familiares. Serão desenvolvidas modelos de relatórios e questionários.

Contudo, propõem-se que o processo de formação complementar, assim, como as práticas nas comunidades sejam avaliados de forma processual para cada “ação à campo” seja realizado um questionário e relatório validado pela instituição na qual a atividade de intervenção foi aplicada.

Afinal, os processos desenvolvidos devem ser participativos e formativos. À medida que todos participam (estudantes, técnicos, associações, cooperativas, etc.) se formam, se capacitam. Todos discutir, pensar, estudar, identificar problemas, descobrir soluções e tomar decisões. Assumir o êxito ou fracasso do trabalho de formação. Os participantes devem, progressivamente, ir assumindo a gestão da prática educativa; e as organizações a implementação dos seus próprios Programas de Formação e/ou Gestão.

8. Considerações Finais

A estratégia deste Plano foi pensada a partir da proposta de definir e estruturar o conjunto de oficinas de capacitação que atenda às necessidades e demandas de formação em situações concretas da profissionalização dos jovens rurais que estudam nas EFA's. A proposta trata-se de um documento no qual tivemos o cuidado de não engessar, afinal, o campo é dinâmico e as demandas das oficinas podem mudar de acordo as necessidades de cada momento. Sendo construída e ajustada permanentemente, a partir da própria realidade, dinâmica e mutável, e atendendo às novas exigências, demandas e necessidades dos diversos atores envolvidos.

Este Plano enquanto elemento norteador do processo de parceria entre uma entidade de Assistência Técnica e uma Escola Família Agrícola, necessita de um conjunto de ações que possibilitem a implementação da Estratégia Metodológica e o alcance dos seus Objetivos.

Tais ações poderão acontecer na medida em que juntos podemos unir forças e recursos que contribuam para uma educação de intencionalidade da contextualização compreendendo as histórias de cada lugar e cada indivíduo. A contextualização do ensino proporciona aprendizagens importantes para a formação dos jovens porque é um processo facilitador da compreensão do sentido das coisas, dos fenômenos e da vida.

Contudo, percebemos a importância em problematizar o objeto em estudo a partir dos conteúdos que vão além dos componentes curriculares da EFA, contribuindo para a vinculação com a realidade situando-os no contexto e retornando com um novo olhar. Dessa forma, podemos dizer que a contextualização da Escola Família Agrícola é um processo dialético, afinal, Segundo MORIN, 2000, p. 36, *“O conhecimento das informações ou dos dados isolados em seu contexto é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados no seu contexto para adquirirem sentido. Para ter sentido a palavra necessita do texto, que é o próprio contexto, e o texto necessita do contexto no qual se anuncia.”* E de forma colaborativa e solidária estaremos contribuindo para o fortalecimento da proposta de valorização dos saberes e fazeres e das identidades das comunidades e jovens envolvidos.

9. Referências

ARROYO, M. Pedagogia das relações de trabalho. in: **Trabalho & Educação: Revista do NETE**, n.2, ag. /dez., p.61-667; 1997.

ARROYO, M. G. et al. **Por uma Educação do Campo**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2004;

DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: avaliações e retomada do protagonismo da sociedade civil organizada na luta pela educação. In: FERREIRA, N.S.C. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília, DF: Liber Livro, 2006. p. 21-50;

DUSSEL, E. D. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lucia M. E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DURSTON, J. Juventude Rural, Modernidade e Democracia: Desafio para os Noventa. In: **Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano. Série Documentos Temáticos**. RS. Brasil. Junho 1994;

ELLIOTT, J. Recolocando a pesquisa-ação em seu lugar original e próprio. In: Geraldi, C.M.G.; Fiorentini, D.; Pereira, E.M.A. (orgs.) **Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)**. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 8ª edição. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.

GIOANORDOLI, R. L. **Nova perspectiva para a Educação Rural: Pedagogia da Alternância**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FE/PUC-RJ, 1980;

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

RIOS, J. A. P. V.; OLIVEIRA, A, D. **II Colóquio Docência e Diversidade na Educação Básica: Políticas, práticas e formação**. 2015.

SILVA, J. M. Educação contextualizada: da teoria à prática. In: REIS, Edmerson dos Santos; CARVALHO, Luzineide Dourado. (Orgs). **Educação contextualizada: fundamentos e práticas**. Juazeiro: NEPEC-SAB, 2011. p. 45-64;

SILVA, R. B.. **Educação Comunitária: Além do Estado e do Mercado – A Experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNE** (1985-1998). 1ª ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados.

Anexos

- ANEXO 1 – Contatos dos CMDS;
- ANEXO 2 – Diagnóstico da Entidade/Empreendimento;
- ANEXO 3 – Avaliação Modular;
- ANEXO 4 – Cronograma de Atividades – Estágio.

ANEXO 1 – Contatos dos CMDS

CMDS - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – Território: Piemonte da Diamantina.			
Município	Representante	Contato	
		Tel	Email
Serrolândia	Inácio	74 99932.8144	ede.milson2008@hotmail.com
Caém	Déa	74 8841.0068	presi2013@gmail.com
Saúde	Guilherme	74 8821.0891	guilherme.gsantos2013@gmail.com
Jacobina	Roberto	74 3621.2590	robertojacobina@gmail.com
Miguel Calmon	Fabian Vaconcelos	74 9999.9986	fabian.vasconcelos@gmail.com
Mirangaba	Erissu Pereira	74 9945.8372	erissu07@gmail.com
Ourolândia	Moacir	74 8135.7842	moacyvhg@hotmail.com
Várzea Nova	Clovis Menezes	74 9984.3784	cmenezes1@hotmail.com
Umburanas	Erivan	74 8821.6679	erivanforum@yahoo.com.br

ANEXO 2 – Diagnóstico da Entidade/Empreendimento

DIAGNÓSTICO DO EMPREENDIMENTO

I – Dados da Instituição			
Instituição		CNPJ	
Nº associados			
Local	Território	Município	Comunidade
II- Dados do Responsável			
Nome (Aluno)		CPF	
III – Situação Legal			
Situação da Documentação	Ata de Fundação, eleição, certidões, estatuto e regimento interno	SIM	NÃO
Nº DAP Jurídica			
IV – Atividade			
☐ Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (DUPF)– Marco ()		☐ Visita Técnica - Nº ()	
Data de realização da Atividade:	___/___/____.		
V – Aprendizagem acadêmica¹			
Qual/ais foram às orientações prévias para realização desta atividade?			
R: _____ _____.			
VI – Assuntos abordados e recomendações aplicadas na Unidade de Produção Familiar (UPF)²			
O que foi discutido/comentado na atividade?			
R: _____ _____.			

O que foi encaminhado/recomendado? R: _____ _____.		
VII – Conhecimento construído na prática		
Qual/ais experiências contribuíram para construção do seu conhecimento? R: _____ _____.		
VIII – O que você identificou que precisa ser melhorado? Principais dificuldades, fortalezas, fraquezas e oportunidades?		
R: _____ _____		
IX – Existe produção local? Existe agroindústria?		
R: _____ _____		
_____	Assinatura à Rogo	_____
Assinatura do Presidente/a		Assinatura do Estagiário/a

ANEXO 3 – Avaliação Modular

FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA OFICINA/ MODULAR

Nome da Oficina: _____

Data/Período de Realização: _____

Esta avaliação objetiva colher informações, sugestões e opiniões dos participantes no sentido de buscar nas próximas oficinas as adequações necessárias às ações planejadas. Não é necessário identificar-se.

Para cada item, assinale a opção que melhor reflete sua opinião.

	Péssimo	Fraço	Médio	Bom	Excelente	Não se aplica
1. Programação da Oficina.						
2. Organização da Oficina.						
3. Tema(s) abordado(s).						
4. Conhecimento do(s) ministrante(s) em relação ao(s) tema(s) da(s) atividade(s).						
5. Adequação das instalações à realização do evento.						

6. Você avalia a discussão dos temas importante?

Sim ()

Não ()

Justifique.

7. Comentários opcionais (sugestões, pontos positivos e negativos)

ANEXO 4 – Cronograma de Atividades – Estágio

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES					
Item	O que?	Quando?	Onde?	Com quem?	Recursos necessários
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IV/JACOBINA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE - PPED.

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE - MPED



APRESENTAÇÃO:

O presente questionário foi criado, a fim, de contribuir para a pesquisa de Mestrado intitulada: **A PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS RURAIS NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLAS**. Que apresenta uma descrição sobre as experiências concretas com Jovens Egressos da educação no meio rural na EFA – Escola Família Agrícola, no Estado da Bahia, tendo como abrangência de jovens egressos formados, a partir do referencial Pedagógico da Alternância. Além de ser uma resposta às reais necessidades dos filhos/as dos agricultores/as, tal experiência propõe uma análise a afirmação deste como um projeto político de desenvolvimento sustentável na região, assim como uma proposta de educação diferenciada, alternativa e conscientizadora com o foco na diversidade, no papel do educador e na cultura escola e como estes jovens se preparam para atuar como profissionais.

A pesquisa propõe a identificação da situação da EFA no recorte temporal de 2010 à 2015 e as relações estabelecidas com a história, os espaços e as demandas sociais que surgem de acordo as diversidades de cada espaço com vistas ao aprimoramento da docência e das aprendizagens. Dessa maneira, esta proposta visa analisar as relações existentes na metodologia aplicada pela Pedagogia da Alternância e sua aplicação na dinâmica da valorização das diversidades promovendo a participação de todos no processo de desenvolvimento do meio rural na busca pela melhoria da qualidade de vida dos pequenos agricultores e suas famílias, a partir dos olhares dos jovens egressos e da escola e como estes atores em parceria com uma entidade eu gera trabalho e renda para estes podem criar uma proposta de práticas pedagógicas completar à profissionalização destes.

Como se trata de um Mestrado Profissional, após, a entrega da dissertação e produto teremos que construir e implantar a proposta de intervenção que traz como proposta a atuação de forma participativa a gente consiga desenvolver algo que contribua para a profissionalização dos jovens estudantes e de acordo as necessidades da EFA. A duração da deverá considerar algumas etapas que se complementam e se entrecruzam em alguns momentos, sendo: 1) Pesquisa bibliográfica; 2) Leitura com fichamento dos textos; 3) Coleta de dados (aplicação de entrevistas semiestruturadas aos egressos lotados na COFASPI, BAHATER e MPA) e à coordenação da EFA; 4) Análise e sistematização dos dados; 5) Apresentação da Pesquisa e Produtos ao Curso; 6) Retorno da pesquisa e Produtos a Comunidade. As provocações iniciais surgiram a partir do trabalho e acompanhamento das ações da COFASPI na qual atuei no período de 2013-2015 em seguida e até o presente momento trabalho na CAR – Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional no programa Bahia Produtiva. Palavras-chave: Educação do Campo, Profissionalização de Jovens Rurais e Pedagogia da Alternância.

QUESTIONÁRIO EGRESSOS DOS EGRESSOOSOS DAS EFA'S.

PARTE I – TRABALHO/ EMPREGABILIDADE

1. Atualmente o(a) sr(a) está:

a() Trabalhando

b() Trabalhando e estudando

c() Apenas estudando. Especificar o curso:

d() Não está trabalhando e nem estudando.

e() Outros

2. O(a) sr(a) trabalha na área em que se formou no curso técnico?

a() Sim, totalmente. b() Sim, parcialmente c() Não d() Não sabe

3. Qual a sua satisfação em relação a sua ATIVIDADE PROFISSIONAL na atualidade?

a() Muito satisfeito b() Satisfeito c() Indiferente

d() Insatisfeito e() Muito insatisfeito f() Não sabe/não opinou

4. Na sua opinião, como está a sua REMUNERAÇÃO em relação a MÉDIA do mercado?

a() Acima da média do mercado b() Na média do mercado

c() Abaixo da média do mercado d() Não sabe/não opinou

5. Qual é a sua CARGA HORÁRIA semanal de trabalho?

a() até 20h b() de 20 a 30h c() de 30 a 39h

d() de 40 a 44h e() acima de 44h.

6. Qual é o seu VÍNCULO EMPREGATÍCIO?

- a() Empregado com carteira assinada b() Empregado sem carteira assinada
c() Funcionário público concursado d() Autônomo/Prestador de serviços
e() Em contrato temporário f() Estagiário
g() Proprietário de empresa/negócio h() Outros

7. Quantos funcionários contratados tem a empresa/ instituição que o(a) sr(a) trabalha (aproximadamente)? (____)

8. O(a) sr(a) já trabalhava antes de iniciar o seu curso técnico?

- a() Sim b() Não

9. Há quanto tempo o(a) sr(a) trabalha na área técnica em que se formou?

- a() Há menos de um ano
b() de 1 a 2 anos
c() de 2 a 5 anos
d() Mais de 5 anos
e() Nunca trabalhou na área técnica de formação.

10. Qual o principal TIPO DE ATIVIDADE que o(a) sr(a) exerce no seu trabalho atual?

- a() Atividade Técnica
b() Atividade Administrativa
c() Atividade Gerencial
d() Atividade Comercial
e() Outra

11. Qual a relação entre o seu trabalho atual e a sua formação técnica?

- a() Fortemente relacionada com a área profissional do curso técnico
b() Fracamente relacionada com o curso técnico anterior

- c() Não tem nenhuma relação com o curso técnico anterior
- d() Não sabe /Não Opinou

12. Como é a EXIGÊNCIA DA SUA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL na atualidade?

- a() Inferior a recebida no curso técnico em que se formou
- b() Compatível com a recebida no curso técnico
- c() Superior a recebida no curso técnico em que se formou

13. Onde está LOCALIZADO o seu trabalho atual?

- a() No próprio município onde realizou o curso técnico.
- b() Com distância de até 50km de onde realizou o curso técnico.
- c() Em município com distância entre 50 e 100km de onde realizou o curso técnico.
- d() Em município com distância entre 100 e 400km
- e() Em município com distância superior a 400km

PERGUNTAS PARA QUEM TRABALHA E QUEM NÃO TRABALHA

14. O seu DESEJO de trabalhar na área técnica quando se formou era:

- a() Muito alto
- b() Alto
- c() Médio
- d() Baixo
- e() Muito baixo

15. Comparado aos seus colegas de classe o seu NÍVEL DE INTERESSE estava:

- a() Estava entre os 10% dos alunos com maior grau de interesse da turma
- b() Estava entre os 20%
- c() Estava entre os 50%
- d() Estava no grupo de alunos de menor interesse da turma.
- e() Não sabe/Não opinou

16. Na sua opinião, como foi o seu APRENDIZADO durante o curso?

- a() Muito alto b() Alto c() Médio
d() Baixo e() Muito baixo

17. Qual o seu grau de satisfação com a ÁREA PROFISSIONAL em que o(a) sr(a) fez o seu curso técnico?

- a() Muito satisfeito b() Satisfeito c() Indiferente
d() Insatisfeito e() Muito insatisfeito f() Não sabe/não opinou

18. Na região em que o(a) sr(a) vive, como são as OFERTAS PROFISSIONAIS da sua área técnica?

- a() Há muitas ofertas de emprego ou trabalho para profissionais da sua área técnica
b() Há ofertas de emprego ou trabalho
c() Há poucas ofertas de emprego ou trabalho
d() Praticamente não há ofertas de emprego para profissionais da sua área técnica.

19. Na sua opinião, como o MERCADO REMUNERA os profissionais da sua área de formação técnica?

- a() Melhor que outras áreas técnicas b() Equivalente a outras áreas técnicas
c() De forma pior que outras áreas técnicas d() Não sabe/Não opinou

PARTE II – CONTINUIDADE DOS ESTUDOS

20. Após a conclusão do seu curso técnico, o(a) sr(a) concluiu ou está cursando OUTRO CURSO TÉCNICO?

- a() Sim b() Não (**vá para 23**)

21. Se Sim. Qual a relação entre a área profissional deste novo curso e o curso técnico anterior?

- a() Fortemente relacionada com a área profissional do curso técnico anterior

- b() Fracamente relacionada com o curso técnico anterior
- c() Não tem nenhuma relação com o curso técnico anterior
- d() Não sabe/Não Opinou

22. Se Sim. Este outro curso técnico que o(a) sr(a) realiza ou realizou, é na mesma instituição em que fez o curso técnico anterior?

- a() Sim
- b() Não

23. Após a conclusão do seu curso técnico, o(a) sr(a) concluiu ou está cursando algum CURSO DE NÍVEL SUPERIOR?

- a() Sim
- b() Não **(vá para 27)**

24. Se Sim. Qual a relação entre a área profissional do seu curso superior e o seu curso técnico?

- a() Fortemente relacionada com a área do curso técnico
- b() Fracamente relacionada
- c() Não tem nenhuma relação com área profissional do curso técnico.
- d() Não sabe/Não Opinou

25. Se Sim. Este curso superior que o(a) sr(a) realiza/realizou, é na mesma instituição em que fez o curso técnico?

- a() Sim
- b() Não

26. Se Sim. Qual o tipo de graduação oferecido pelo seu curso superior: **(ler até a opção c)**

- a() Tecnologia (ex. Cursos de tecnólogo)
- b() Licenciatura (ex. Formação de professores – Física, Matemática, etc.)
- c() Bacharelado (ex. Cursos de direito, medicina, engenharia, etc.)
- d() Não sabe/Não opinou
- e() Outros

27. Em que tipo de escola o(a) sr(a) cursou o ensino fundamental (1^a. a 8^a. Série)?

- a() Somente em escola pública
- b() Somente em escola particular
- c() Maior parte em escola pública
- d() Maior parte em escola particular

28. Em que tipo de escola o(a) sr(a) cursou o ensino Médio (2^o. grau)?

- a() Somente em escola pública
- b() Somente em escola particular
- c() Maior parte em escola pública
- d() Maior parte em escola particular

29. Qual o nível de escolaridade do seu Pai?

- | | |
|--|---|
| a() Analfabeto
incompleto) | b() Primário incompleto (1 ^a a 4 ^a) |
| c() Primário completo (4 ^a série comp.) | d() Ginásio inc.(5 ^a a 8 ^a incompleto) |
| e() Ginásio comp.(8 ^a série completa)
incompleto) | f() Médio incompleto (2 ^o grau) |
| g() Médio completo | h() Superior incompleto |
| i() Superior completo | j() Não sabe/Não opinou |

30. Qual o nível de escolaridade da sua Mãe?

- | | |
|---|---|
| a() Analfabeto
Incompleto) | b() Primário incompleto (1 ^a a 4 ^a) |
| c() Primário completo (4 ^a série completa)
Incompleto) | d() Ginásio incompleto (5 ^a a 8 ^a) |
| e() Ginásio completo (8 ^a série completa) | f() Médio incompleto (2 ^o grau incompleto) |
| g() Médio completo | h() Superior incompleto |
| i() Superior completo | j() Não sabe/Não opinou |

PARTE III – AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL RECEBIDA

31. Qual a MODALIDADE de curso técnico que o(a) sr(a) cursou?

- a() Integrado (médio e técnico em um mesmo curso)
- b() Concomitância interna (médio e técnico em cursos diferentes na mesma escola)
- c() Concomitância externa (médio e técnico em cursos diferentes em escolas diferentes)
- d() Pós-médio/Subseqüente

32. Como(a) sr.(a) avalia a INSTITUIÇÃO de modo geral?

- | | | |
|------------|--------------|-----------------|
| a() Ótima | b() Boa | c() Regular |
| d() Ruim | e() Péssima | f() Não opinou |

33. Como o(a) sr.(a) avalia a INFRA-ESTRUTURA geral da instituição?

- | | | |
|------------|--------------|-----------------|
| a() Ótima | b() Boa | c() Regular |
| d() Ruim | e() Péssima | f() Não opinou |

34. Como o(a) sr.(a) avalia o CURSO TÉCNICO que o(a) sr(a) concluiu ?

- | | | |
|------------|--------------|-----------------|
| a() Ótimo | b() Bom | c() Regular |
| d() Ruim | e() Péssimo | f() Não opinou |

35. Como o(a) sr.(a) avalia os CONHECIMENTOS TEÓRICOS da sua área de formação técnica?

- | | | |
|------------|--------------|-----------------|
| a() Ótima | b() Bom | c() Regular |
| d() Ruim | e() Péssimo | f() Não opinou |

36. Como o(a) sr.(a) avalia os CONHECIMENTOS PRÁTICOS da sua área de formação técnica?

- | | | |
|------------|--------------|-----------------|
| a() Ótimo | b() Bom | c() Regular |
| d() Ruim | e() Péssimo | f() Não opinou |

37. Como o(a) sr.(a) avalia a QUALIFICAÇÃO DOS SEUS PROFESSORES ?

a() Ótimo

b() Bom

c() Regular

d() Ruim

e() Péssimo

f() Não opinou

38. Como foi o seu curso técnico em relação a sua EXPECTATIVA?

a() Superou as expectativas

b() Atendeu as expectativas

c() Não atendeu as expectativas

d() Não sabe/Não opinou

PERFIL DO ENTREVISTADO

39. Qual o seu nível de escolaridade atual?

a() Médio completo

b() Superior incompleto

c() Superior Completo

d() Não sabe /Não opinou

40.Qual a data de nascimento:

41. Qual é o sexo:

() Masculino

() Feminino

42. Quais as sugestões para que seja elaborado um plano de ações que colaborem para a profissionalização dos/das jovens rurais? Realização de atividades? Eventos? Pesquisas?

ANEXOS



Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Departamento de Ciências Humanas Campus IV
Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade
Comitê de ética em Pesquisa - CEP

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA COPARTICIPANTE

Eu, Leonardo Lino Carvalho, Diretor Presidente da Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar e Sustentável do Piemonte - COFASPI, autorizo o (a) pesquisador/a Lara Micia Almeida Mascarenhas Sena a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado **A PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS RURAIS NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA DAS ESCOLAS FAMILIAS AGRÍCOLAS** o qual será executado em consonância com as normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos. Declaro estar ciente que a instituição é corresponsável pela atividade de pesquisa proposta e dispõe da infraestrutura necessária para garantir a segurança e bem estar dos participantes da pesquisa.

Jacobina, 28 de Outubro de 2016

Assinatura e carimbo do
responsável institucional



Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Departamento de Ciências Humanas Campus IV
Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade
Comitê de ética em Pesquisa - CEP

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA COPARTICIPANTE

Eu, IRACEMA LIMA DOS SANTOS,
Diretor da Escola Família Agrícola de Quixabeira, autorizo o (a) pesquisador/a Lara Mícia Almeida Mascarenhas Sena a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado **A PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS RURAIS NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA DAS ESCOLAS FAMILIAS AGRÍCOLAS** o qual será executado em consonância com as normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos. Declaro estar ciente que a instituição é corresponsável pela atividade de pesquisa proposta e dispõe da infraestrutura necessária para garantir a segurança e bem estar dos participantes da pesquisa.

Jacobina, 29 de Outubro de 2016

Iracema Lima dos Santos

Assinatura e carimbo do
responsável institucional

Iracema Lima dos Santos
DIRETORA
AUT. 15.058/2016



Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Departamento de Ciências Humanas Campus IV
Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade
Comitê de ética em Pesquisa - CEP

**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O DESENVOLVIMENTO
DO PROJETO DE PESQUISA**

Declaro estar ciente do compromisso firmado com a execução do projeto intitulado **A PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS RURAIS NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA DAS ESCOLAS FAMILIAS AGRÍCOLAS**, vinculado à instituição Universidade do Estado da Bahia - UNEB, que será desenvolvido na forma apresentada e aprovada pelo CEP da Universidade do Estado da Bahia sempre orientado pelas normativas que regulamentam a atividade de pesquisa.

Jacobina, 30 de Outubro de 2016

Nome do orientador(a) e do orientando(a)	Assinatura
Luzineide Carvalho Dourado	
Lara Mícia Almeida Mascarenhas Sena	



Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Departamento de Ciências Humanas Campus IV
Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade
Comitê de ética em Pesquisa - CEP

TERMO DE COMPROMISSO PARA COLETA DE DADOS EM ARQUIVOS

Título da pesquisa: A PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS RURAIS NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA DAS ESCOLAS FAMILIAS AGRÍCOLAS

Declaramos estar cientes das normativas que regulam a atividade de pesquisa com seres humanos, em especial as que disciplinam a utilização de documentos identificados de arquivos não publicados e na impossibilidade da obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) devido ao motivo de não poder aplicar por motivos externos ou internos o termo aos participantes da pesquisa. Sendo assim, assumimos o compromisso de:

- I. Preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados e divulgados no anonimato sem possibilidade de identificação dos mesmos;
- II. Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto apresentado;

Jacobina, 30 de outubro de 2016

Nome do Membro da Equipe Executora	Assinatura
Luzineide Dourado Carvalho	
Lara Micia Almeida Mascarenhas Sena	



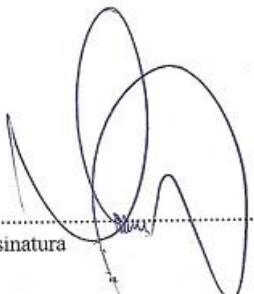
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Departamento de Ciências Humanas Campus IV
Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

ADULTO/ COFASPI

Neste ato, a COFASPI – Cooperativa de trabalho e Assistência à Agricultura Familiar e Sustentável do Piemonte, inscrita no CNPJ: 06.102.236/0001-15, situada no Loteamento Via Mãe Xanda, 67, Anadissor, Jacobina, Bahia. AUTORIZO o uso de imagens do acervo da ASCOM – Assessoria de Comunicação COFASPI todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser na elaboração da pesquisa do Mestrado em Educação e Diversidade, pela Sra Lara Micia Almeida Mascarenhas Sena, sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Jacobina, 05 de junho de 2016.


Assinatura

Nome: Leonardo Lino Carvalho
Função: Diretor Presidente
Telefone p/ contato: 74 3622-0017



Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Departamento de Ciências Humanas Campus IV
Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade
Comitê de ética em Pesquisa - CEP

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Assumimos o compromisso de preservar a privacidade e a identidade dos participantes da pesquisa intitulada **A PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS RURAIS NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA DAS ESCOLAS FAMILIAS AGRÍCOLAS** cujos dados serão coletados através de (entrevistas, memoriais), na Escola Família Agrícola de Jaboticaba e na Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar e Sustentável do Piemonte, com a utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente projeto.

Os resultados serão divulgados de forma anônima, assim como os termos de consentimento livre e esclarecido guardados no arquivo institucional da Universidade do Estado da Bahia pelo período de 05 (cinco) anos sob a responsabilidade da Pesquisadora Lara Micia Almeida Mascarenhas Sena. Após este período, os dados serão destruídos.

Jacobina, 30 de Outubro de 2016

Nome do Membro da Equipe Executora	Assinatura
Luzineide Carvalho Dourado	
Lara Micia Almeida Mascarenhas Sena	

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

ATIVIDADES DE CAMPO



Fonte: ASCOM COFASPI, 2017



Fonte: ASCOM COFASPI, 2017



Fonte: ASCOM COFASPI, 2017



Fonte: ASCOM COFASPI, 2017



Fonte: ASCOM COFASPI, 2017



Fonte: ASCOM COFASPI, 2017



Fonte: ASCOM COFASPI, 2017



Fonte: ASCOM COFASPI, 2017